

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

ANEXO 25

CONTRATO DE CONCESSÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE *(BRASÍLIA/CAMPINAS/GUARULHOS)*

EDITAL DO LEILÃO Nº ____/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

Sumário

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	5
Seção I - Das Definições	5
Seção II - Da Legislação Aplicável.....	10
Seção III - Da Interpretação Aplicável	10
Seção IV - Das Disposições Gerais.....	10
Seção V- Dos Anexos.....	11
CAPÍTULO II - DO OBJETO.....	11
Seção I - Da Área	12
Seção II - Do Prazo de Vigência	12
Seção III - Do Valor do Contrato.....	13
Seção IV - Da Contribuição ao Sistema	13
Seção V - Das Fases de Realização do Objeto	17
Subseção I - Da Fase I-A	17
Subseção II - Da Fase I-B	19
Subseção III - Da Fase II.....	20
Seção VI - Dos Bens Integrantes da Concessão.....	21
Seção VII - Das Obras do Poder Público	21
CAPÍTULO III - DOS DIREITOS E DEVERES	23
Seção I - Da Concessionária	23
Subseção I - Dos Deveres Gerais	23
Subseção II - Da Prestação dos Serviços	23
Subseção III - Das Atividades Operacionais	24
Subseção IV - Das Informações.....	25
Subseção V - Dos Investimentos	26
Subseção VI - Da Governança Corporativa	26
Subseção VII - Do Capital Social	28
Subseção VIII - Da Responsabilidade	28

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011

**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

Subseção IX - Dos Seguros	29
Subseção X - Das Garantias de Execução Contratual.....	31
Seção II - Do Poder Concedente.....	34
Seção III - Do Usuário	35
CAPÍTULO IV - DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA.....	35
Seção I - Das Receitas Tarifárias.....	36
Seção II – Da Possibilidade de Retenção das Receitas Tarifárias	36
Seção III - Das Receitas Não Tarifárias	37
CAPÍTULO V - DA ALOCAÇÃO DOS RISCOS.....	38
Seção I - Dos Riscos do Poder Concedente	38
Seção II - Dos Riscos da Concessionária	39
CAPÍTULO VI - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	41
Seção I - Do Reajuste.....	42
Seção II - Da Revisão dos Parâmetros da Concessão	43
Seção III - Da Revisão Extraordinária	44
CAPÍTULO VII - DA FISCALIZAÇÃO	46
CAPÍTULO VIII - DAS PENALIDADES.....	46
Seção I - Da Advertência	47
Seção II - Da Multa	47
Seção III - Da Suspensão do Direito de Participar de Licitações e de Contratar com a Administração Pública Federal.....	49
Seção IV - Da Caducidade.....	50
Seção V – Do Procedimento de Aplicação das Penalidades	50
Seção VI – Das Medidas Acautelatórias	51
CAPÍTULO IX - DA SUBCONTRATAÇÃO.....	51
CAPÍTULO X - DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO E DO CONTROLE ACIONÁRIO	51
CAPÍTULO XI - DA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS NO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO	53
CAPÍTULO XII - DA INTERVENÇÃO	55
CAPÍTULO XIII - DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO	55
Seção I - Do Advento do Termo Contratual	57
Seção II - Da Encampação	57

EDITAL DO LEILÃO Nº ____/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

Seção III - Da Caducidade	58
Seção IV - Da Rescisão.....	59
Seção V - Da Anulação	60
Seção VI - Da Falência ou Da Extinção da Concessionária	60
CAPÍTULO XIV - DOS BENS REVERSÍVEIS	60
CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	61
CAPÍTULO XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	61
Seção I - Da Documentação Técnica	61
Seção II - Da Propriedade Intelectual.....	62
Seção III - Da Arbitragem	62
Seção IV - Do Foro	64

EDITAL DO LEILÃO Nº ____/2011
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento feito em 6 (seis) vias de igual teor e para um único efeito, os abaixo assinados, de um lado como Poder Concedente, a **Agência Nacional de Aviação Civil**, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, neste ato representada na forma de seu Regimento Interno e de outro a, com sede, representada na forma de seus atos constitutivos pelos Srs. (doravante designada **Concessionária**), com a interveniência do....., com sede no Município, Estado, País, inscrito no CNPJ sob o nº, representada na forma de seu Estatuto Social por (doravante designado **Acionista Privado**) e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, empresa pública federal cuja criação foi autorizada pela Lei Federal n. 5.862, de 12 de dezembro de 1972, com sede no Distrito Federal, Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº, representada na forma de seu Estatuto Social por (doravante designada **Infraero**) têm entre si justo e firmado o presente Contrato, para realização do objeto a seguir indicado, que se regerá pelas Cláusulas e condições aqui previstas e pela legislação e normas regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I - Das Definições

- 1.1. Para os fins do presente Contrato, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as expressões seguintes são assim definidas:
- 1.1.1. **Acionista Privado:** sociedade de propósito específico, constituída na forma de sociedade por ações pela Proponente vencedora da concessão do Aeroporto, de acordo com as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, para deter a participação na Concessionária e celebrar o Acordo de Acionistas com a Infraero;
- 1.1.2. **Aeroporto de (Brasília/Campinas/Guarulhos)ou Aeroporto:** Aeroporto Internacional que será objeto da Concessão, cuja sede se situa no Município de(Brasília/Campinas/Guarulhos), Estado de(Distrito Federal/São Paulo);
- 1.1.3. **ANAC:** Agência Nacional de Aviação Civil, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, criada pela Lei Federal nº. 11.182, de 27 de setembro de 2005;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 1.1.4. **Anexo Fluxo de Caixa Marginal:** anexo que dispõe sobre a forma de cálculo para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio da Revisão Extraordinária;
- 1.1.5. **Anexos:** cada um dos documentos anexos ao Contrato, seguido da sua denominação;
- 1.1.6. **Coligadas:** sociedades submetidas à influência significativa de outra sociedade. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la;
- 1.1.7. **COMAER:** Comando da Aeronáutica;
- 1.1.8. **Complexo Aeroportuário:** a área da Concessão, caracterizada pelo sítio aeroportuário descrito no Anexo 2 - Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), incluindo faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais, administrativas e para exploração econômica relacionadas à Concessão;
- 1.1.9. **Concessão:** concessão de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que tem por objeto a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário;
- 1.1.10. **Concessionária:** Sociedade de Propósito Específico responsável pela execução do Contrato, integrada por uma participação majoritária do Acionista Privado e minoritária da Infraero;
- 1.1.11. **Contrato:** o Contrato de Concessão celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, incluindo os seus Anexos;
- 1.1.12. **Contratos que envolvam a cessão de espaços no Complexo Aeroportuário:** contratos celebrados pela Concessionária e terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, e os que lhe tenham sido sub-rogados pela Infraero, que envolvam a cessão de espaços no Complexo Aeroportuário, pelo regime de direito privado;
- 1.1.13. **Contribuição ao Sistema:** Valor total pago pela Concessionária ao FNAC constituído pela Contribuição Fixa e pela Contribuição Variável (Ônus da Concessão), nos termos do Contrato;
- 1.1.14. **Controlada:** a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou por meio de outras controladas ou coligadas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria de votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade, e usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

1.1.15. **Controladora:** a(s) pessoa(s) física(s) ou sociedade(s) que:

i. é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral ou reunião de sócios e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; e

ii. usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade;

1.1.16. **Controle do Acionista Privado:** titularidade de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) das ações representativas do capital social votante do Acionista Privado;

1.1.17. **Controle da Concessionária:** titularidade de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) das ações representativas do capital social votante da Concessionária;

1.1.18. **DECEA:** Departamento de Controle do Espaço Aéreo, órgão central do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB);

1.1.19. **Data de Eficácia:** data em que forem implementadas as condições suspensivas da eficácia do Contrato e em que se dará início ao prazo de vigência do Contrato;

1.1.20. **Empresas Aéreas:** pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras devidamente autorizadas a executar transporte aéreo regular ou não de pessoas e/ou cargas e malotes postais com fins lucrativos;

1.1.21. **Fator Q:** fator de qualidade de serviço, obtido mediante avaliação do cumprimento dos Indicadores de Qualidade de Serviço selecionados, a ser aplicado nos reajustes tarifários;

1.1.22. **Fator X:** fator de produtividade, a ser aplicado nos reajustes tarifários, com o objetivo de compartilhar os ganhos de produtividade e eficiência com os usuários;

1.1.23. **Financiadores:** instituições financeiras responsáveis pelos financiamentos à Concessionária para a realização dos investimentos previstos no PEA;

1.1.24. **FNAC:** Fundo Nacional de Aviação Civil, de natureza contábil, vinculado à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, criado pela Lei 12.462, de 05 de agosto de 2011, para destinação dos recursos do sistema de aviação civil;

1.1.25. **Garantia de Execução Contratual:** Garantia do fiel cumprimento das obrigações do Contrato prestada pela Concessionária, e que poderá ser executada pela ANAC, nas hipóteses previstas no Contrato;

EDITAL DO LEILÃO Nº ___/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 1.1.26. **Gatilho de Investimento:** corresponde ao momento no tempo indicado no PGI em que a Demanda Prevista ensejará a obrigação de a Concessionária iniciar os investimentos com vistas à manutenção do nível de serviço, conforme os Parâmetros Mínimos de Dimensionamento;
- 1.1.27. **Infraero:** Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), empresa pública federal cuja criação foi autorizada pela Lei Federal n. 5.862, de 12 de dezembro de 1972;
- 1.1.28. **IQS:** Indicadores de Qualidade de Serviço descritos no PEA e utilizados para avaliar periodicamente a qualidade dos serviços prestados pela Concessionária;
- 1.1.29. **IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- 1.1.30. **Ordem de Serviço da Fase I:** documento emitido pela ANAC como condição para a Data de Eficácia do Contrato e para as demais obrigações do Contrato;
- 1.1.31. **Partes Relacionadas:** com relação à Concessionária e ao acionista privado, qualquer pessoa Controladora, Coligada e respectivas Controladas;
- 1.1.32. **PEA:** Plano de Exploração Aeroportuária, Anexo 02 ao Contrato, que detalha o objeto da concessão e determina as obrigações e condições de exploração do Aeroporto pela Concessionária;
- 1.1.33. **PGI:** Plano de Gestão da Infraestrutura, contendo os demais planos de entrega obrigatória pela Concessionária;
- 1.1.34. **Poder Concedente:** a ANAC, nos termos do art. 8º, XXIV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005;
- 1.1.35. **Projeto Básico:** projeto a ser elaborado pela Concessionária previamente à realização de obras de ampliação no Aeroporto, obedecidas as normas técnicas aplicáveis, bem como a regulamentação vigente na ocasião;
- 1.1.36. **Projeto “as built”:** projeto das instalações tais como construídas, a ser entregue após a realização de obras, respeitadas as normas técnicas aplicáveis, bem como a regulamentação vigente;
- 1.1.37. **Receitas Não Tarifárias:** receitas alternativas, complementares ou acessórias, obtidas pela Concessionária em decorrência de atividades econômicas realizadas no Complexo Aeroportuário e que não sejam remuneradas por Tarifas.
- 1.1.38. **Receitas Tarifárias:** receitas decorrentes do pagamento das tarifas aeroportuárias;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 1.1.39. **Remuneração:** Receitas Tarifárias e Receitas Não Tarifárias recebidas pela Concessionária em virtude da exploração do objeto da Concessão conforme previsto no PEA;
- 1.1.40. **Revisão dos Parâmetros da Concessão:** revisão quinquenal com o objetivo de permitir a determinação dos Indicadores de Qualidade do Serviço e da metodologia de cálculo dos fatores X e Q a serem aplicados nos reajustes tarifários até a próxima Revisão dos Parâmetros da Concessão, e a determinação da Taxa de Desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal também até a próxima Revisão dos Parâmetros da Concessão.
- 1.1.41. **Revisão Extraordinária:** procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em virtude da ocorrência de eventos relacionados com riscos suportados exclusivamente pelo Poder Concedente;
- 1.1.42. **Serviços:** serviços objeto da Concessão, prestados pela Concessionária aos Usuários do Aeroporto, tal como previsto no PEA;
- 1.1.43. **Tarifa:** remuneração pela prestação dos serviços aeroportuários, nos termos do Anexo 4 - Tarifas;
- 1.1.44. **Taxa de Desconto do Fluxo de Caixa Marginal:** Taxa à qual os fluxos de dispêndios e receitas marginais são descontados no Fluxo de Caixa Marginal, conforme previsto no Anexo 5 - Fluxo de Caixa Marginal;
- 1.1.45. **Termo de Aceitação Provisório e de Permissão de Uso de Ativos:** documento emitido pela ANAC com o inventário dos bens existentes, os seus estados de conservação, operação e especificações técnicas, e que formaliza a permissão de uso e acesso gratuito de ativos, instalações e equipamentos da Concessão por parte da Concessionária;
- 1.1.46. **Termo de Aceitação Definitivo e de Permissão de Uso de Ativos:** documento assinado pela ANAC e Concessionária, que contém a aceitação expressa e definitiva da Concessionária quanto à descrição do estado de conservação, operação e especificações técnicas dos bens indicados no Termo de Aceitação Provisória e de Permissão de Uso de Ativos;
- 1.1.47. **TFAC:** Taxa de Fiscalização da Aviação Civil, instituída pela Lei nº 11.182/05;
- 1.1.48. **URTA:** Unidade de Referência da Tarifa Aeroportuária, correspondente a 1000 (mil) vezes o valor teto da Tarifa de Embarque Doméstico, não considerados os adicionais incidentes, prevista no Anexo 4 - Tarifas, vigente na data do recolhimento da multa aplicada; e
- 1.1.49. **Usuários:** todas as pessoas físicas e jurídicas que sejam tomadoras dos serviços prestados pela Concessionária, ou por terceiro por ela indicado, no Complexo Aeroportuário.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS****Seção II - Da Legislação Aplicável**

- 1.2. O Contrato será regido e interpretado de acordo com o ordenamento jurídico vigente na República Federativa do Brasil.
- 1.3. A Concessão será regida pelo Contrato e pelas Leis Federais nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.491 de 09 de setembro de 1997, nº 11.182 de 27 de setembro de 2005, nº 12.462 de 05 de agosto de 2011 sem prejuízo de outras normas aplicáveis, notadamente os editados pela ANAC e pelo COMAER.

Seção III - Da Interpretação Aplicável

- 1.4. No caso de divergência entre o Contrato e seus Anexos, prevalecerá o disposto no Contrato.
- 1.5. No caso de divergência entre o conteúdo dos Anexos prevalecerão aqueles emitidos pelo Poder Concedente.
- 1.6. No caso de divergência entre o conteúdo dos Anexos emitidos pelo Poder Concedente, prevalecerá aquele de data mais recente.

Seção IV - Das Disposições Gerais

- 1.7. Todas as comunicações recíprocas, relativas ao Contrato, serão consideradas como efetuadas, se entregues por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), ou por portador, com protocolo de recebimento. Em qualquer dos casos, deverá sempre constar o número do Contrato, o assunto, a data de recebimento e o nome do remetente.
- 1.8. A Concessionária deverá, no prazo de 15 (quinze) dias da assinatura do Contrato, apresentar, por escrito, os nomes e correspondentes cargos dos respectivos empregados ou representantes designados para serem responsáveis pela gestão do Contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.
- 1.8.1. Qualquer alteração os nomes e correspondentes cargos dos respectivos empregados ou representantes designados para serem responsáveis pela gestão do Contrato deverá ser comunicada em até 5 (cinco) dias após a alteração.
- 1.9. No caso de extinção de quaisquer dos índices econômicos indicados neste Contrato e seus Anexos, os mesmos serão alterados pelos índices oficiais substitutos ou, na ausência desses, por outros indicados pela ANAC.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

- 1.10. Para fins de cumprimento das cláusulas constantes neste Contrato e seus Anexos, serão consideradas as informações contábeis previstas na subcláusula 3.1.40, referente à Concessionária e, no caso de haver, suas subsidiárias integrais.

Seção V- Dos Anexos

- 1.11. Integram o presente Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, os seguintes anexos:
- 1.11.1. Anexo 1 - Termo de Compromisso sobre as Obrigações do Grupo Controlador
 - 1.11.2. Anexo 2 - Plano de Exploração Aeroportuária (PEA)
 - 1.11.3. Anexo 3 - Obras do Poder Público
 - 1.11.4. Anexo 4 - Tarifas
 - 1.11.5. Anexo 5 - Fluxo de Caixa Marginal
 - 1.11.6. Anexo 6 - Modelos e Condições Mínimas para Garantia Contratual
 - 1.11.7. Anexo 7 - Termo de Aceitação Provisório e de Permissão de Uso de Ativos
 - 1.11.8. Anexo 8 - Termo de Aceitação Definitivo e de Permissão de Uso de Ativos
 - 1.11.9. Anexo 9 - Plano de transição
 - 1.11.10. Anexo 10 – Declaração de Capacidade do Sistema de Pistas
 - 1.11.11. Anexo 11 – Metodologia de Cálculo do Fator X ([Incluído pelo Comunicado Relevante nº 1/2011](#))

CAPÍTULO II - DO OBJETO

- 2.1. O objeto do presente contrato é a Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário, em três fases:
- 2.1.1. FASE I-A – fase de transição da manutenção e exploração do Aeroporto da Infraero para a Concessionária;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 2.1.2. FASE I–B – fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e do nível de serviços; e
- 2.1.3. FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA, de acordo com o disciplinado na Subseção III - Da Fase II.
- 2.2. A prestação dos serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea em área de tráfego aéreo do Aeroporto, prestados por meio da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas e de Tráfego Aéreo (EPTA), será de responsabilidade do DECEA/COMAER, na forma da regulamentação vigente.

Seção I - Da Área

- 2.3. O Aeroporto está localizado na área indicada no PEA, a qual está integralmente na posse da Infraero e que será transferida à Concessionária concomitantemente à celebração do presente Contrato, mediante Termo de Aceitação Provisório e de Permissão de Uso de Ativos.
- 2.4. As áreas que forem desapropriadas após a celebração do presente Contrato terão sua posse transferida à Concessionária mediante um aditivo ao Termo de Aceitação Definitivo e de Permissão de Uso de Ativos.

Seção II - Do Prazo de Vigência

- 2.5. ~~A vigência do Contrato será pelo prazo de _____ (_____), sendo sempre contado a partir da sua Data de Eficácia.~~

~~(Brasília, prazo de _____ anos; Campinas, prazo de _____ anos;
Guarulhos, prazo de _____).~~

A vigência do Contrato será pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos para o Aeroporto de Brasília, 30 (trinta) anos para o Aeroporto de Campinas e 20 (vinte) anos para o Aeroporto de Guarulhos, sendo sempre contado a partir da sua Data de Eficácia.

[\(Redação dada pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)

- 2.6. O Contrato poderá ser prorrogado por prazo de até 5 (cinco)anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de Revisão Extraordinária, na forma prevista neste Contrato.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

2.7. Para todos os efeitos do presente Contrato, a Data de Eficácia é aquela em que estiverem implementadas as seguintes condições suspensivas:

2.7.1. publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União;

2.7.2. emissão da Ordem de Serviço da Fase I pela ANAC.

Seção III - Do Valor do Contrato

2.8. ~~O valor do Contrato correspondente ao valor presente das Receitas Tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão é de R\$ _____ (_____).~~

~~{Brasília, valor de R\$ _____ (_____); Campinas, valor de R\$ _____ (_____); Guarulhos, valor de R\$ _____ (_____)}~~

O valor do Contrato correspondente ao valor presente das Receitas Tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão é de:

(i) Aeroporto de Brasília: valor de R\$ 3.522.888.000 (três bilhões, quinhentos e vinte e dois milhões e oitocentos e oitenta e oito mil reais); [\(Valor informado pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)

(ii) Aeroporto de Campinas: valor de R\$ 12.259.615.000 (doze bilhões, duzentos e cinquenta e nove milhões e seiscentos e quinze mil reais); e [\(Valor informado pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)

(iii) Aeroporto de Guarulhos: valor de R\$ 10.917.502.000 (dez bilhões, novecentos e dezessete milhões e quinhentos e dois mil reais). [\(Valor informado pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)

2.9. O valor do Contrato tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das Partes para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Seção IV - Da Contribuição ao Sistema

2.10. A Concessionária se obriga a pagar anualmente à União, mediante depósito no Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, Contribuição Fixa e Contribuição Variável a partir do 1º (primeiro) ano, contado da Data de Eficácia do Contrato de Concessão, e limitadas ao prazo do Contrato, conforme os valores e percentuais indicados abaixo.

2.10.1. A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República indicará o procedimento a ser observado para a efetivação do pagamento das Contribuições Fixa e Variável.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

2.11. A Contribuição Fixa corresponde ao montante anual de R\$ _____ (_____), decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente Concessão.

2.12. ~~A Contribuição Variável corresponderá ao montante anual em R\$ (Reais) resultante da aplicação da alíquota de ____ % (_____ por cento) sobre a totalidade da Receita Bruta da Concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.~~

~~{Brasília: _____; Campinas: _____ e Guarulhos: _____}~~

A Contribuição Variável corresponderá ao montante anual em R\$ (Reais) resultante da aplicação de alíquota sobre a totalidade da Receita Bruta da Concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais, conforme abaixo:

(i) Aeroporto de Brasília: 2% (dois por cento); [\(Alíquota informada pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)

(ii) Aeroporto de Campinas: 5% (cinco por cento); e [\(Alíquota informada pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)

(iii) Aeroporto de Guarulhos: 10% (dez por cento). [\(Alíquota informada pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)

2.12.1. ~~Caso a receita anual observada pela Concessionária seja superior a _____ (_____), a Contribuição Variável será cobrada pela alíquota de ____ % (_____ por cento).~~

~~{Brasília: _____; Campinas: _____ e Guarulhos: _____}~~

~~Caso a receita anual observada pela Concessionária seja superior aos valores abaixo relacionados, a Contribuição Variável será cobrada, sobre a receita excedente, pela alíquota de [\(Redação dada pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#):~~

~~(i) Aeroporto de Brasília: R\$ 585.000.000 (quinhentos e oitenta e cinco milhões de reais); 4,5% (quatro e meio por cento);~~

~~(ii) Aeroporto de Campinas: R\$ 2.225.000.000 (dois bilhões e duzentos e vinte e cinco milhões de reais); 7,5% (sete e meio por cento); e~~

~~(iii) Aeroporto de Guarulhos: R\$ 1.745.000.000 (um bilhão e setecentos e quarenta e cinco milhões de reais); 15% (quinze por cento).~~

Caso a Receita Bruta anual observada pela Concessionária seja superior aos valores abaixo relacionados, a Contribuição Variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de: [\(Redação dada pelo Comunicado nº 02/2011\)](#)

(i) Aeroporto de Brasília: 4,5% (quatro e meio por cento);

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

(ii) Aeroporto de Campinas: 7,5% (sete e meio por cento); e

(iii) Aeroporto de Guarulhos: 15% (quinze por cento).

Ano	Receita Bruta da Concessionária (em milhares de reais)		
	GRU	VCP	BSB
2012	1.090.501	390.762	226.499
2013	1.178.903	441.873	249.533
2014	1.288.795	497.325	284.776
2015	1.407.261	552.788	320.228
2016	1.511.253	639.315	346.028
2017	1.566.713	707.410	360.301
2018	1.644.671	769.624	374.336
2019	1.685.735	846.747	394.141
2020	1.722.187	918.757	409.576
2021	1.735.170	997.534	431.616
2022	1.744.536	1.086.689	448.225
2023	1.742.076	1.197.676	465.116
2024	1.739.739	1.301.500	482.091
2025	1.737.559	1.400.263	499.195
2026	1.734.024	1.499.331	516.410
2027	1.735.126	1.664.294	545.888
2028	1.727.715	1.768.896	558.119
2029	1.720.052	1.868.730	567.181
2030	1.711.533	1.952.000	574.401
2031	1.702.642	2.012.697	578.729
2032	1.692.018	2.048.259	581.542
2033	-	2.076.194	583.361
2034	-	2.095.599	584.120
2035	-	2.111.368	583.871
2036	-	2.137.361	583.124
2037	-	2.165.058	581.883
2038	-	2.185.380	-
2039	-	2.202.207	-
2040	-	2.213.236	-
2041	-	2.226.491	-
2042	-	2.205.540	-

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

- 2.12.2. Os valores de receita anual relacionados no item 2.12.1 serão reajustados pelas mesmas regras aplicáveis à Contribuição Fixa anual, conforme disposto nos itens 2.14 e 2.15. [\(Item inserido pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)
- 2.12.3. Para fins da presente subcláusula, será considerada Receita Bruta qualquer receita recebida pela Concessionária e por suas subsidiárias integrais, incluindo as Receitas Tarifárias, Receitas Não Tarifárias, receitas financeiras, receitas não operacionais e quaisquer outras receitas. [\(Item renumerado devido à inclusão de novo item 2.12.2 pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)
- 2.12.4. O cálculo da Contribuição Variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do período. [\(Item renumerado devido à inclusão de novo item 2.12.2 pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)
- 2.12.5. O Poder Concedente poderá discordar dos valores indicados ou pagos pela Concessionária e solicitar sua correção e complementação, garantido à Concessionária o direito ao contraditório e à ampla defesa. [\(Item renumerado devido à inclusão de novo item 2.12.2 pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)
- 2.12.6. Para a auditoria dos valores, o Poder Concedente contará com o apoio de empresa especializada de auditoria independente, a ser indicada, contratada e remunerada pela Concessionária, cabendo à ANAC o direito de veto na indicação realizada pela Concessionária. [\(Item renumerado devido à inclusão de novo item 2.12.2 pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)
- 2.12.7. Ao final do processo administrativo para averiguação dos fatos, a complementação de pagamentos poderá se dar por meio da retenção de Receita Tarifária, por meio da execução de garantia, ou por cobrança específica. [\(Item renumerado devido à inclusão de novo item 2.12.2 pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)
- 2.12.8. Na hipótese de ser constatada fraude no pagamento da Contribuição Variável decorrente de quaisquer operações que visem a reduzir artificialmente a sua base de cálculo, o Poder Concedente poderá utilizar, a seu critério, o auxílio de auditoria contratada na forma da cláusula 2.11.5, para apurar os valores efetivamente arrecadados, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. [\(Item renumerado devido à inclusão de novo item 2.12.2 pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)
- 2.13. Caso a Concessionária não pague as Contribuições Fixa e Variável na data de vencimento incorrerá em multa moratória de 2% (dois por cento) do valor devido, acrescido de juros moratórios equivalente à Taxa Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), podendo o Poder Concedente executar a Garantia de Execução do Contrato.
- 2.14. O valor de Contribuição Fixa anual será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

acumulado entre o mês da realização da Sessão Pública do Leilão e a Data da Eficácia do Contrato, observando-se a seguinte fórmula:

$$O_1 = O_0 \times (IPCA_t / IPCA_{t-1})$$

Onde:

O_1 é o Valor da Concessão reajustada na data de início do pagamento da Contribuição;

O_0 é o Valor da Concessão a preços correntes do dia de realização da Sessão Pública do Leilão;

$IPCA_t / IPCA_{t-1}$ é o IPCA acumulado do período compreendido entre o mês da realização da Sessão Pública do Leilão e o mês anterior ao início do pagamento da Contribuição.

- 2.15. Após o primeiro reajuste, a Contribuição Fixa anual será reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observando-se a seguinte fórmula:

$$O_t = O_{t-1} \times (IPCA_t / IPCA_{t-1})$$

Onde:

t representa o tempo em anos;

O_t é o valor da Contribuição Fixa reajustada;

O_{t-1} é o valor da Contribuição Fixa em vigor;

$IPCA_t / IPCA_{t-1}$ é a variação acumulada do IPCA no período.

Seção V - Das Fases de Realização do Objeto

Subseção I - Da Fase I-A

- 2.16. Após a assinatura do Contrato e implementadas as condições de eficácia previstas na subcláusula 2.7 deste Contrato, a ANAC expedirá, em até 30 (trinta) dias, Ordem de Serviço da Fase I, determinando o início dos serviços.
- 2.17. Imediatamente após a assinatura do Contrato, será iniciado o procedimento de transição do Aeroporto, mediante os estágios abaixo previstos, observadas as especificações constantes do Anexo 8 – Plano de Transição.
- 2.18. O Estágio 1 da transição consiste na apresentação do Plano de Transferência Operacional. A Concessionária deverá apresentar à ANAC, em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, o Plano de Transferência Operacional para a assunção de todas as atividades relacionadas ao Aeroporto, contendo todas as informações exigidas no Anexo 8 – Plano de Transição, o qual será analisado pela ANAC em até 20 (vinte) dias. Em caso de não aprovação, a Concessionária e a ANAC deverão observar os mesmos prazos de entrega e aprovação de novo plano.

EDITAL DO LEILÃO Nº ___/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 2.19. Uma vez ocorrendo cumulativamente a aprovação do Plano de Transferência Operacional pela ANAC e a emissão da Ordem de Serviço da Fase 1, terá início o Estágio 2 da Transferência, conforme detalhado no Anexo 8 – Plano de Transição, cabendo a Concessionária a obrigação de executar as atividades previstas para este estágio, em especial, constituir o Comitê de Transição, treinar e mobilizar mão-de-obra e materiais necessários para iniciar a assunção das atividades do Aeroporto.
- 2.19.1. O Estágio 2 da Transferência do Aeroporto terá prazo de duração de até 3 (três) meses, contado da data de aprovação do Plano de Transferência Operacional pela ANAC.
- 2.19.2. Durante todo o Estágio 2, caberá à Infraero continuar a executar suas atividades, sendo assistida pelos prepostos da Concessionária, os quais terão livre acesso a todas as instalações do Aeroporto, observadas as normas de segurança em vigor.
- 2.19.3. Todas as despesas e receitas incidentes sobre as atividades do Aeroporto relativas ao Estágio 2 da Transferência serão de responsabilidade da Infraero, ressalvadas as despesas do Concessionário referidas no item 2.19.
- 2.19.4. Caberá a Concessionária notificar todas as pessoas físicas e jurídicas que possuam Contratos que envolvam a cessão de espaços no Complexo Aeroportuário celebrados com a Infraero, informando sobre a sub-rogação integral para a Concessionária, indicando que a partir do 1º (primeiro) mês seguinte ao término do Estágio 2 os valores devidos em decorrência dos referidos contratos deverão ser pagos à Concessionária.
- 2.19.5. Caberá à Infraero notificar os seus prestadores de serviços sobre a rescisão dos contratos a partir do 1º (primeiro) mês seguinte ao término do Estágio 2.
- 2.19.6. Durante o estágio 2, da Fase I-A, os empregados da Infraero alocados ao Aeroporto continuarão na condição de contratados da Infraero e subordinados à Diretoria da Infraero, conforme estrutura organizacional vigente, não cabendo à Concessionária qualquer despesa relativa a estes empregados. A Infraero deverá apenas informar os custos trabalhistas do respectivo Aeroporto à Concessionária.
- 2.19.7. A Concessionária poderá, mediante notificação com 30 (trinta) dias de antecedência para a Infraero e a ANAC, solicitar a antecipação do término do Estágio 2, indicando a data em que ocorrerá o término do estágio.
- 2.19.8. Na hipótese de ocorrer o término antecipado do Estágio 2, mencionado na subcláusula anterior, o prazo remanescente será acrescido ao prazo inicial de duração do Estágio 3.
- 2.20. Findo o prazo previsto no item anterior relativo ao Estágio 2 da Transferência, caberá à Concessionária assumir a efetiva operação do Aeroporto, mediante assinatura do Termo de

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

Aceitação Definitivo e de Permissão de Uso de Ativos das instalações do Aeroporto, previsto no Anexo 8 do Contrato, observada a aplicação do Plano de Transferência Operacional, tendo início ao Estágio 3 da Transferência das atividades do Aeroporto, cujo prazo inicial de duração será de 3 (três) meses, observado o disposto na subcláusula 2.19.8, podendo sofrer prorrogações por até 6 (seis) meses, mediante acordo entre Concessionária e a Infraero.

- 2.20.1. A Infraero, por meio de prepostos indicados, acompanhará as atividades assumidas pela Concessionária durante todo o Estágio 3, prestando os esclarecimentos e informações necessários.
- 2.20.2. Todas as despesas e receitas incidentes sobre as atividades do Aeroporto relativas ao Estágio 3 da Transferência serão de responsabilidade da Concessionária.
- 2.20.3. Eventuais receitas ou despesas que sejam atribuídas indevidamente a Concessionária ou a Infraero, quer por problemas operacionais, quer por ausência de coincidência nas datas de apuração, deverão ser objeto de reembolso entre Concessionária e Infraero, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da apresentação dos documentos comprobatórios.
- 2.20.4. Durante o estágio 3, da Fase I-A, os empregados da Infraero alocados ao Aeroporto continuarão na condição de contratados da Infraero, mas cedidos à Concessionária. A Infraero deverá ser reembolsada por todos os custos e encargos trabalhistas relacionados aos empregados alocados no Aeroporto, por meio de reembolso a ser realizado mensalmente pela Concessionária, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da apresentação dos comprovantes dos gastos pela Infraero.
- 2.20.5. Após o transcurso do prazo de 3 (três) meses do Estágio 3 da Transferência, será considerada encerrada a Fase I-A de transição e integralmente transferidas as atividades de manutenção e exploração do Aeroporto à Concessionária, tendo início a Fase II do Contrato.

Subseção II - Da Fase I-B

- 2.21. Uma vez assinado o Contrato, deverão ser iniciadas as atividades de ampliação do Aeroporto, correspondentes à Fase I-B do Contrato, devendo a Concessionária, em até 90 (noventa) dias:
 - 2.21.1. apresentar o Projeto Básico dos investimentos de ampliação e adequação das instalações do Aeroporto; e
 - 2.21.2. apresentar o cronograma de realização dos investimentos para aprovação pela ANAC.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 2.22. O Projeto Básico deverá ser elaborado de acordo com o PEA, devendo conter os elementos necessários e suficientes, com grau de precisão adequado, para caracterizar as obras e serviços a serem realizados, permitindo a avaliação do método aplicado e do prazo de realização do investimento.
- 2.23. No prazo máximo de 30 (trinta) dias a ANAC fará a análise e aprovação do Projeto Básico, podendo emitir autorizações parciais de construção durante o período de análise. A aprovação do Projeto Básico pela ANAC não exclui a necessidade de sua alteração posterior para eventual adequação aos requisitos constantes no contrato, legislação e regulamentação do setor, somente sendo cabível a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas situações previstas no Capítulo V, Seção I, deste Contrato.
- 2.24. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aprovação do Projeto Básico, a Concessionária deverá iniciar as obras para a ampliação do Aeroporto, nos termos deste Contrato, desde que tenha sido expedida a Ordem de Serviço da Fase 1.
- 2.25. A Concessionária deverá submeter todas as alterações do Projeto Básico, posteriores à sua aprovação inicial, para fins de análise e nova aprovação da ANAC.
- 2.26. Caso o Projeto Básico não seja aprovado, a Concessionária terá o prazo máximo fixado pela ANAC para reapresentá-lo, com as adequações necessárias.
- 2.27. No prazo de 90 (noventa) dias antes da data pretendida pela Concessionária para início da operação das novas estruturas do Aeroporto, a Concessionária deverá apresentar a revisão do Manual de Operações com a inclusão das novas instalações do Aeroporto, para aprovação da ANAC, conforme disposto em regulamentação específica vigente, para fins de certificação aeroportuária.
- 2.28. No prazo de 30 (trinta) dias antes da data pretendida pela Concessionária para início da operação, a Concessionária deverá entregar o Projeto “as built” para a ANAC, para fins de cadastramento.
- 2.29. A Fase I-B terá o prazo máximo de duração previsto no PEA , devendo a Concessionária cumprir integralmente suas obrigações dentro deste prazo.

Subseção III - Da Fase II

- 2.30. Após o término da Fase I-A do Contrato, terá início a Fase II do Contrato, em que a Concessionária deverá cumprir integralmente com o PEA, a fim de manter o nível de serviço, especialmente pelo atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento, observada a primeira data de apresentação do Plano de Gestão da Infraestrutura e a continuidade dos investimentos relativos à Fase I-B do Contrato.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 2.31. A cada evento de Gatilho de Investimento, a Concessionária deverá apresentar à ANAC, em até 90 (noventa) dias, o Projeto Básico dos investimentos com vistas à manutenção do nível de serviço, previstos no PGI vigente.
- 2.32. As disposições constantes dos itens 2.21 a 2.27 se aplicam a todos os eventos de Gatilho de Investimento.
- 2.33. Durante a Fase II o Aeroporto deverá operar conforme o disposto no Contrato, nos seus anexos, na legislação e regulamentação aplicáveis.

Seção VI - Dos Bens Integrantes da Concessão

- 2.34. Integram a concessão os bens necessários à prestação do Serviço de Exploração Aeroportuária, já disponibilizados pelo Poder Público e a serem incorporados pela Concessionária, nos termos do PEA.
- 2.35. Os bens integrantes da concessão compreendem aqueles:
- 2.35.1. entregues pela União, conforme inventário constante do Termo de Aceitação Definitivo;
- 2.35.2. a serem construídos pelo Poder Público, conforme Anexo 3 - Obras do Poder Público; e
- 2.35.3. adquiridos pela Concessionária para a Exploração Aeroportuária.
- 2.36. Os bens integrantes da Concessão serão considerados vinculados enquanto necessários à Exploração Aeroportuária, consoante a atualidade do Serviço e as necessidades advindas do Complexo Aeroportuário.
- 2.37. Todos os bens integrantes da Concessão, inclusive aqueles ocorridos devido aos novos investimentos, deverão ser depreciados e amortizados pela Concessionária no prazo da Concessão de acordo com os termos da legislação vigente.
- 2.38. Nos últimos 5 (cinco) anos de vigência do Contrato, a realização de quaisquer novos investimentos em bens integrantes da Concessão ou a aquisição de novos bens dependerá de prévia e expressa autorização da ANAC.

Seção VII - Das Obras do Poder Público

- 2.39. As obras e serviços listados no Anexo 3 – Obras do Poder Público são de responsabilidade da Infraero, a quem cabe promover todos os atos necessários à

EDITAL DO LEILÃO Nº ____/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

contratação e completa execução dos respectivos contratos, observado o cronograma estabelecido no referido Anexo, arcando com os pagamentos específicos.

- 2.40. Eventuais atrasos na celebração dos contratos de que trata esta cláusula ou na sua execução, que gerem descumprimento de quaisquer das datas fixadas no cronograma previsto no Anexo 3 – Obras do Poder Público, não desobrigam a Concessionária de seu dever de cumprir o Contrato.
- 2.41. Caso a Infraero celebre os contratos sob sua responsabilidade, a Concessionária poderá, a seu critério e a qualquer tempo, requerer à Infraero a sub-rogação compulsória dela Concessionária como contratante nos contratos celebrados pela Infraero.
- 2.41.1. Na hipótese de sub-rogação compulsória à Concessionária dos contratos sob responsabilidade da Infraero, caberá à Concessionária decidir sobre a manutenção, revisão ou término dos contratos sub-rogados.
- 2.41.1.1. Caso a Concessionária decida não manter o contrato sub-rogado, caberá a ela suportar, sem reembolso, todas os custos e ônus da extinção antecipada do contrato, tendo no entanto direito ao reembolso do que dispender com a execução das obras que assumiu, na forma e limites da cláusula 2.38 (itens 1 a 6).
- 2.41.1.2. Caso a Concessionária mantenha o contrato sub-rogado, será reembolsada do que pagar à contratada na forma e limites do contrato sub-rogado, mas não terá direito a qualquer reembolso por obras, serviços e custos que forem acrescidos em virtude de aditivo contratual ou de circunstâncias da execução.
- 2.41.2. Caso a Concessionária opte por não requerer a sub-rogação compulsória dos contratos celebrados pela Infraero, a Concessionária terá o direito de acompanhar diretamente a execução de tais contratos, com acesso a todas as informações detidas pela contratada ou pela Infraero a respeito do contrato e de sua execução, informando à Infraero, mensalmente, o resultado de sua análise, sendo que sua não comunicação no prazo, devidamente circunstanciada, importará na aceitação integral do quanto executado.
- 2.42. Caso as obras a que se refere esta Seção sejam executadas sob a responsabilidade da Concessionária, caberá à ela entregar o projeto “as built” à ANAC no prazo de 30 dias.
- 2.43. A Concessionária sempre poderá recorrer à ANAC para mediar e solucionar conflitos com a Infraero decorrentes da execução das obras e serviços listados no Anexo 3 – Obras do Poder Público e de outros contratos sob responsabilidade da Infraero que interfiram na boa execução do Contrato de Concessão.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

CAPÍTULO III - DOS DIREITOS E DEVERES

3.1. São direitos e deveres da Concessionária durante todo o prazo da Concessão:

Seção I - Da Concessionária

Subseção I - Dos Deveres Gerais

- 3.1.1. cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e ainda as determinações da ANAC editadas a qualquer tempo;
- 3.1.2. atender às exigências, recomendações ou observações feitas pela ANAC, conforme os prazos fixados em cada caso;
- 3.1.3. cumprir determinações legais quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, quanto aos seus empregados e terceirizados;
- 3.1.4. manter, durante a execução do Contrato, no que for aplicável, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.1.5. manter para todas as atividades relacionadas à execução de serviços de engenharia, a regularidade perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, inclusive para os terceiros contratados;
- 3.1.6. manter, em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens necessários à prestação dos Serviços que integram a Concessão, durante a vigência do Contrato;
- 3.1.7. assumir integralmente os Contratos que envolvam a cessão de espaços no Complexo Aeroportuário, conforme as condições contratadas, mediante sub-rogação integral dos seus direitos e deveres;
- 3.1.8. aderir às campanhas educativas, informativas, operacionais e outras, limitadas aos equipamentos operados e áreas vinculadas à Concessão, em consonância e de acordo com as diretrizes da ANAC e do COMAER;

Subseção II - Da Prestação dos Serviços

- 3.1.9. assegurar a adequada prestação do serviço concedido, conforme definido no artigo 6.º da Lei federal nº 8.987/95, valendo-se de todos os meios e recursos à sua

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

disposição, incluindo, e não se limitando, a todos os investimentos em futuras expansões, necessários para a manutenção dos níveis de serviço;

- 3.1.10. assegurar a adequada prestação do Serviço concedido, conforme a demanda existente e de acordo com o estabelecido no PEA, na forma e prazos previstos no referido Anexo;
- 3.1.11. executar serviços e programas de gestão, bem como fornecer treinamento a seus empregados, com vistas à melhoria dos serviços e à comodidade dos usuários com o objetivo de atendimento do PEA;
- 3.1.12. atender e fazer atender, de forma adequada, o público em geral e os usuários, em particular;
- 3.1.13. manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao Usuário e uma ouvidoria para apurar reclamações relativas à execução do contrato de concessão;
- 3.1.14. executar todos os Serviços, controles e atividades relativos ao Contrato, com zelo e diligência, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas;
- 3.1.15. submeter à aprovação da ANAC propostas de implantação de melhorias dos serviços e de novas tecnologias;
- 3.1.16. elaborar e implementar esquemas de atendimento a situações de emergência que envolvam os usuários do Aeroporto, observando-se todos os normativos pertinentes ao setor, mantendo disponíveis, para tanto, recursos humanos e materiais;

Subseção III - Das Atividades Operacionais

- 3.1.17. obter a prévia aprovação da ANAC para os projetos, planos e programas relativos à ampliação e operação do Aeroporto;
- 3.1.18. providenciar todas as licenças necessárias para a execução das obras do Aeroporto, observadas as condicionantes previstas nas Licenças Prévias e de Instalação obtidas pelo Poder Concedente e as novas exigências dos órgãos ambientais decorrentes do projeto adotado pela Concessionária;
- 3.1.19. cumprir integralmente com as condicionantes ambientais das Licenças de Operação do Aeroporto e com novas exigências solicitadas pelos órgãos ambientais;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 3.1.20. ter assegurada a capacidade declarada do sistema de pistas pelo DECEA, conforme Anexo 10 –Declaração da Capacidade do Sistema de Pistas.
- 3.1.21. informar previamente aos Usuários sobre o cronograma das obras a serem realizadas no Complexo Aeroportuário, a fim de assegurar a previsibilidade sobre o funcionamento da infraestrutura;

Subseção IV - Das Informações

- 3.1.22. prestar informações e esclarecimentos requisitados pela ANAC, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, a todas as dependências do Aeroporto;
- 3.1.23. informar à população e aos usuários em geral, sempre que houver alteração das tarifas cobradas, o novo valor e a data de vigência com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, conforme procedimento previsto no Anexo 4 - Tarifas;
- 3.1.24. apresentar relatório contendo as informações da Concessão, nos termos deste Contrato e da regulamentação expedida pela ANAC e nos prazos definidos em tais atos, em especial, todas as informações previstas no PEA, bem como as estatísticas de tráfego e o número de passageiros processados no período;
- 3.1.25. sem prejuízo de eventual regulamentação futura expedida pela ANAC, dispor de banco de dados atualizado, em base eletrônica, apto a gerar relatório contendo as informações da Concessão, assegurando à ANAC o acesso ininterrupto, irrestrito e imediato ao referido banco de dados;
- 3.1.26. manter a ANAC informada sobre toda e qualquer ocorrência em desconformidade com a operação adequada do Aeroporto, assim considerado o não atendimento ao estabelecido no PEA ou eventual descumprimento de norma legal ou regulamentar do setor;
- 3.1.27. reportar por escrito à ANAC, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência ou acidente que afete a segurança do Aeroporto, independentemente de comunicação verbal, que deve ser imediata;
- 3.1.28. disponibilizar à ANAC todos e quaisquer documentos e informações pertinentes à Concessão, inclusive contratos e acordos de qualquer natureza firmados com terceiros, facultando a fiscalização e a realização de auditorias;
- 3.1.29. dar conhecimento à ANAC das condições do financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto da Concessão;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

3.1.30. dar conhecimento à ANAC das alterações das condições do financiamento referido na subcláusula 3.1.28, assim como da contratação de qualquer novo financiamento, sendo vedada:

3.1.30.1. a concessão de empréstimos, financiamentos e/ou qualquer outra forma de transferência de recursos para seus acionistas e/ou Partes Relacionadas, exceto transferência de recursos a título de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrada em condições equitativas de mercado; e

3.1.30.2. a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas Partes Relacionadas e/ou terceiros;

Subseção V - Dos Investimentos

3.1.31. executar os investimentos e serviços de sua responsabilidade, nos termos do PEA, observando, ainda, os prazos fixados no cronograma de realização de investimentos;

3.1.32. dispor de todos os materiais, equipamentos, acessórios e recursos humanos necessários à perfeita operação dos serviços concedidos;

3.1.33. apresentar à ANAC, os documentos descritos no PEA, a fim de detalhar o plano de investimentos e/ou de ações operacionais necessários à manutenção dos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento, observando, para isso, os critérios e procedimentos estabelecidos no referido anexo;

3.1.34. realizar os investimentos e/ou ações operacionais necessárias para manter o balanceamento da capacidade dos demais componentes operacionais do Aeroporto com o Terminal de Passageiros, conforme estabelecido no PEA;

3.1.35. submeter à aprovação da ANAC os investimentos a serem realizados para a operação das novas instalações do Aeroporto;

3.1.36. desapropriar os imóveis que não possuam decreto de declaração de utilidade pública já publicados quando da realização da sessão pública do leilão e indenizar seus proprietários, devendo ainda solicitar a publicação dos decretos ao Poder Concedente e a outorga de poderes necessária, nos termos do artigo 29, inciso VII, da Lei 8.987/95;

Subseção VI - Da Governança Corporativa

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

- 3.1.37. observar padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas;
- 3.1.38. assegurar aos empregados da Concessionária, nos termos do Acordo de Acionistas, o direito de indicar um membro para o Conselho de Administração da Concessionária.
- 3.1.39. publicar, na forma da lei, as demonstrações financeiras e manter os registros contábeis de todas as operações em conformidade com as normas aplicáveis às companhias abertas nos termos da Lei 6.404/76, da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais normas supervenientes editadas pela ANAC;
- 3.1.40. apresentar à ANAC:
- 3.1.40.1. trimestralmente:
- i. em até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento de cada trimestre os balancetes mensais analíticos, com abertura até o 3º (terceiro) grau, podendo a qualquer tempo, ser solicitado o envio com abertura até o último nível contábil, com exceção dos balancetes mensais analíticos do 4º (quarto) trimestre, que poderão ser enviados juntamente com os documentos da subcláusula 3.1.39.2; e
- ii. declaração da Concessionária contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na composição acionária;
- 3.1.40.2. anualmente, até o dia 15 (quinze) de maio do exercício subsequente: os demonstrativos contábeis, em sua forma completa, ou seja, Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) com as respectivas notas explicativas e os Relatórios da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e de Administração, os Pareceres dos Auditores Independentes, bem como o Balancete de encerramento do exercício com os ajustes realizados e respectivos saldos;
- 3.1.40.3. caso a Concessionária constitua subsidiárias, os demonstrativos contábeis elencados nos itens 3.1.39.1, i, e 3.1.39.2 também deverão ser apresentados individualmente para cada subsidiária constituída;
- 3.1.40.4. Os pareceres de que trata o item 3.1.39.2 deverão conter capítulo específico relativo ao valor da Contribuição Variável.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

3.1.41. manter atualizado o inventário e o registro dos bens reversíveis, conforme previsto no Contrato e na regulamentação vigente;

Subseção VII - Do Capital Social

~~3.1.42. manter capital social subscrito de, no mínimo, R\$ _____ (_____ de Reais), com parcela integralizada de, pelo menos, R\$ _____ (_____ de Reais) e realizar as integralizações em moeda corrente nacional, vedada, em qualquer hipótese, a sua redução sem a prévia e expressa autorização da ANAC;~~

~~(Brasília, valor de R\$ _____ (_____); Campinas, valor de R\$ _____ (_____); Guarulhos, valor de R\$ _____)~~

manter capital social subscrito e integralizado conforme valores abaixo, vedada, em qualquer hipótese, a sua redução sem a prévia e expressa autorização da ANAC:

(i) Aeroporto de Brasília: capital subscrito de, no mínimo, R\$ 82.070.000 (oitenta e dois milhões e setenta mil reais), com parcela integralizada de, pelo menos, R\$ 32.828.000 (trinta e dois milhões e oitocentos e vinte e oito mil reais), dos quais, no mínimo, R\$ 16.414.000 (dezesseis milhões e quatrocentos e quatorze mil reais) deverão ser integralizados em moeda corrente nacional;

(ii) Aeroporto de Campinas: capital subscrito de, no mínimo, R\$ 125.966.000 (cento e vinte e cinco milhões e novecentos e sessenta e seis mil reais), com parcela integralizada de, pelo menos, R\$ 50.386.000 (cinquenta milhões e trezentos e oitenta e seis mil reais), dos quais, no mínimo, R\$ 25.193.000 (vinte e cinco milhões e cento e noventa e três mil reais) deverão ser integralizados em moeda corrente nacional; e

(iii) Aeroporto de Guarulhos: capital subscrito de, no mínimo, R\$ 191.524.000 (cento e noventa e um milhões e quinhentos e vinte e quatro mil reais), com parcela integralizada de, pelo menos, R\$ 76.609.000 (setenta e seis milhões e seiscentos e nove mil reais), dos quais, no mínimo, R\$ 38.304.000 (trinta e oito milhões e trezentos e quatro mil reais) deverão ser integralizados em moeda corrente nacional. [\(Redação dada pelo Comunicado Relevante nº 1/2011\)](#)

3.1.43. integralizar a totalidade do seu capital social no prazo previsto para o término da Fase I-B.

Subseção VIII - Da Responsabilidade

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

- 3.1.44. responder perante a ANAC e terceiros, nos termos admitidos na legislação aplicável;
- 3.1.45. responder pela posse, guarda, manutenção e vigilância de todos os bens integrantes da Concessão, de acordo com o previsto no Contrato e na regulamentação vigente;
- 3.1.46. ressarcir a ANAC e os demais anuentes e intervenientes de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à Concessionária, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à Concessionária;
- 3.1.47. informar a ANAC, imediatamente, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilidade da ANAC, ou dos intervenientes, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como enviar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- 3.1.48. responder pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais, regulamentares e legais relacionados aos cronogramas, projetos e instalações;
 - 3.1.48.1. a aprovação pela ANAC de cronogramas, projetos e instalações apresentados não exclui a responsabilidade exclusiva da Concessionária pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais, regulamentares e legais;
- 3.1.49. responder perante a ANAC e terceiros pelos serviços subcontratados;
- 3.1.50. responder totalmente por eventuais indenizações devidas aos detentores de contratos que envolvam a cessão de espaços no Complexo Aeroportuário quando a Concessionária der causa à referida indenização;

Subseção IX - Dos Seguros

- 3.1.51. contratar e manter em vigor, durante todo o prazo da Concessão, apólices de seguro, com vigência mínima de 12 (doze) meses, que garantam a continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, que sejam suficientes para cobrir:
 - 3.1.51.1. danos causados às obras civis, aos equipamentos e máquinas empregados na ampliação ou reforma do Aeroporto, incluindo danos decorrentes de caso fortuito ou força maior, com limite máximo de garantia no mínimo equivalente ao valor dos bens segurados;

EDITAL DO LEILÃO Nº ___/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 3.1.51.2. danos causados aos bens móveis e imóveis que integram a concessão, nos termos deste Contrato, incluindo danos decorrentes de caso fortuito ou força maior, com limite máximo de garantia no mínimo equivalente ao valor dos bens segurados;
- 3.1.51.3. danos morais e materiais causados a terceiros, que decorram das obras e das atividades prestadas pelos administradores, empregados, prepostos, ou delegados da Concessionária, e que sejam passíveis de responsabilização civil, com limite máximo de garantia coincidente com as melhores práticas de mercado para cada tipo de sinistro;
- 3.1.52. apresentar à ANAC, antes do início das FASES I-A e I-B, e II e na ocorrência de um novo ciclo de investimentos, a comprovação de que as apólices dos seguros exigidos na presente subseção e aplicáveis para cada uma destas fases encontram-se em vigor;
- 3.1.53. atualizar os seguros contratados periodicamente, a cada 12 (doze) meses contados a partir da contratação originária, de forma a incluir eventos ou sinistros que não eram cobertos pelas seguradoras em funcionamento no Brasil no momento de sua contratação originária;
- 3.1.54. informar à ANAC, anualmente, todos os bens cobertos pelos seguros contratados e a forma de cálculo do limite máximo de indenização da apólice de seguro para cada sinistro;
- 3.1.55. responder pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros, bem como pelo pagamento integral da franquia na hipótese de ocorrência do sinistro;
- 3.1.56. estabelecer a ANAC como cossegurada de todos os seguros, de acordo com a característica, finalidade e titularidade dos bens envolvidos. As apólices de seguro poderão estabelecer, adicionalmente, como beneficiária, instituição financeira credora da Concessionária, desde que não haja comprometimento da operacionalização e continuidade da prestação do serviço;
- 3.1.57. fazer acompanhar as apólices de seguro da expressa autorização à seguradora para contratar o resseguro diretamente no exterior, bem como de resseguro junto às resseguradoras internacionais, quando for o caso;
- 3.1.58. encaminhar à ANAC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, a comprovação de que as apólices dos seguros foram renovadas ou serão incondicionalmente renovadas antes do seu vencimento;
- 3.1.59. sem prejuízo do disposto no item 3.1.57, toda alteração promovida nos contratos de apólices de seguros, incluindo as que impliquem cancelamento, renovação,

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

modificação ou substituição de quaisquer apólices, devem ser previamente informadas à ANAC;

3.1.60. caso a Concessionária não comprove a renovação das apólices no prazo previsto no item 3.1.57, a ANAC poderá contratar os seguros e cobrar da Concessionária o valor total do prêmio, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis;

3.1.61. na situação prevista no item 3.1.59, permanecerá a Concessionária responsável pelas obrigações contratuais, independentemente da opção da ANAC pela contratação ou não dos seguros;

Subseção X - Das Garantias de Execução Contratual

3.1.62. prestar Garantia de Execução Contratual, em uma das seguintes modalidades, definida a seu critério, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações constantes no presente Contrato:

3.1.62.1. caução, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;

3.1.62.2. seguro-garantia cuja apólice deve observar, no mínimo, o conteúdo do Anexo 6 - Modelos e Condições Mínimas para Garantia Contratual; ou

3.1.62.3. fiança bancária, na forma do modelo que integra o Anexo 6 - Modelos e Condições Mínimas para Garantia Contratual;

3.1.63. manter em vigor a Garantia de Execução Contratual nos valores e prazos estabelecidos abaixo, sob qualquer uma das formas previstas na cláusula anterior, tendo como beneficiária a ANAC: [Valores informados pelo Comunicado Relevante nº 1/2011](#)

<u>Eventos da Concessão</u>	<u>Valor</u>
Durante a Fase I-B do Contrato: a partir da assinatura do Contrato até o término da Fase I-B do Contrato.	Concessão de Brasília: R\$ 221.200.000 (duzentos e vinte e um milhões e duzentos mil reais); Concessão de Viracopos: R\$ 627.400 (seiscentos e vinte e sete milhões e quatrocentos mil reais); Concessão de Guarulhos: R\$ 477.100.000 (quatrocentos e setenta e sete milhões e cem mil reais).
Após o término da Fase I-B do Contrato: a partir do término da Fase	Concessão de Brasília: R\$ 110.600.000 (cento e dez milhões e

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

I-B do Contrato até o término do Contrato.	seiscentos mil reais); Concessão de Viracopos: R\$ 313.700 (trezentos e treze milhões e setecentos mil reais); Concessão de Guarulhos: R\$ 238.550.000 (duzentos e trinta e oito milhões e quinhentos e cinquenta mil reais).
Gatilho de Investimento: a partir da ocorrência de um dos eventos previstos no PGI como Gatilho de Investimentos.	10% (dez por cento) do valor dos investimentos previstos
Término do Contrato: pelo período de 24 (vinte e quatro) meses após o término do Contrato.	Concessão de Brasília: R\$ 16.590.000 (dezesesseis milhões e quinhentos e noventa mil reais); Concessão de Viracopos: R\$ 47.055 (quarenta e sete milhões e cinquenta e cinco mil reais); Concessão de Guarulhos: R\$ 35.782.000 (trinta e cinco milhões e setecentos e oitenta e dois mil reais).

3.1.64. manter a integridade da Garantia de Execução Contratual durante toda a vigência do Contrato, obedecidos os valores definidos acima, estando obrigada, independentemente de prévia notificação para constituição em mora, a:

- 3.1.64.1. renovar o prazo de validade das modalidades que se vencerem na vigência do Contrato, comprovando a sua renovação à ANAC 30 (trinta) dias antes de seu termo final;
- 3.1.64.2. reajustar a Garantia de Execução Contratual periodicamente, na mesma data e pela mesma fórmula aplicável à Contribuição Fixa, complementando o valor resultante da aplicação do reajuste periódico sobre o montante inicial;
- 3.1.64.3. repor os valores porventura utilizados para cobertura de quaisquer obrigações de pagamento abrangidas pela Garantia de Execução Contratual no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da efetiva utilização;
- 3.1.64.4. responder pela diferença de valores, na hipótese de a Garantia de Execução Contratual não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, podendo ser cobrada por todos os meios legais admitidos;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 3.1.64.5. submeter à prévia aprovação da ANAC eventual modificação no conteúdo da carta de fiança ou do seguro-garantia, bem como eventual substituição da Garantia de Execução Contratual por qualquer das modalidades admitidas;
- 3.1.65. As cartas de fiança e as apólices de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano, sendo de inteira responsabilidade da Concessionária mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante toda a vigência da Concessão, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias.
- 3.1.65.1. A contratação do seguro-garantia deve ser feita com seguradora e resseguradora de primeira linha, assim entendidas aquelas cuja classificação de força financeira em escala nacional seja superior ou igual a “Aa2.br”, “brAA” ou “A(bra)”, conforme divulgado pelas principais agências de classificação de risco internacionais, aceitas previamente pela ANAC.
- 3.1.66. A Garantia de Execução Contratual poderá ser utilizada nos seguintes casos:
- 3.1.66.1. nas hipóteses em que a Concessionária não realizar as obrigações previstas no PEA;
- 3.1.66.2. na hipótese de devolução de Bens Reversíveis em desconformidade com as exigências estabelecidas no Contrato;
- 3.1.66.3. nas hipóteses em que a Concessionária não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma do Contrato e de regulamentos da ANAC; e
- 3.1.66.4. nas hipóteses em que a Concessionária não efetuar, no prazo devido, o pagamento de outras indenizações ou obrigações pecuniárias devidas ao Poder Concedente, em decorrência do Contrato, ressalvados os tributos.
- 3.1.66.5. quando houver qualquer mora ou inadimplemento de quaisquer direitos assegurados aos empregados da Infraero que forem transferidos à Concessionária, inclusive a ausência de pagamento da contribuição patronal ao Infraprev.
- 3.1.67. Se, após transcurso dos prazos previstos no Contrato, a Concessionária ainda não tiver sanado todas as irregularidades relacionadas à Garantia de Execução Contratual, o Poder Concedente poderá contratar a Garantia de Execução Contratual em lugar e às expensas da Concessionária, sem prejuízo da aplicação da penalidade.

EDITAL DO LEILÃO Nº ___/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

Seção II - Do Poder Concedente

3.2. São direitos e deveres do Poder Concedente:

- 3.2.1. assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, preservando os direitos da ANAC, da Concessionária e dos Usuários;
- 3.2.2. regulamentar a prestação dos serviços no Aeroporto, sua operação e manutenção;
- 3.2.3. exigir da Concessionária a estrita obediência às especificações e normas contratuais;
- 3.2.4. cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares da Concessão;
- 3.2.5. fiscalizar a boa qualidade dos serviços, bem como receber e apurar manifestações e reclamações dos Usuários;
- 3.2.6. aprovar os projetos, planos e programas relativos à implantação do Aeroporto, bem como exigir as modificações que se revelarem necessárias para atendimento ao PEA;
- 3.2.7. rejeitar ou sustar qualquer serviço em execução, que ponha em risco a segurança pública ou bens de terceiros;
- 3.2.8. a seu critério, executar inspeções ou auditorias para verificar as condições das instalações, dos equipamentos, da segurança e do funcionamento do Aeroporto;
- 3.2.9. acompanhar e apoiar com os melhores esforços a Concessionária nas ações institucionais junto a órgãos competentes;
- 3.2.10. emitir autorização à Concessionária para o uso e/ou acesso à área de Aeroporto, e para os bens afetos ao objeto da Concessão, por meio do Anexo 7 - Termo de Aceitação Provisório e de Permissão de Uso de Ativos e do Anexo 8 - Termo de Aceitação Definitivo e de Permissão de Uso de Ativos;
- 3.2.11. firmar com órgãos públicos, na qualidade de interveniente, todos os convênios e parcerias necessárias para a execução do objeto da presente Concessão;
- 3.2.12. comunicar à Concessionária, imediatamente, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilidade da Concessionária, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envia-los os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo. Fica facultado à

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

Concessionária valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros;

- 3.2.13. comunicar a instituição financeira ou seguradora responsável pela prestação da Garantia de Execução Contratual, bem como as entidades financiadoras da Concessionária, sempre que instaurar processo para decretar a intervenção, encampação ou caducidade;
- 3.2.14. colaborar, nos limites de sua atuação institucional, com as entidades financiadoras da Concessionária, para contribuir com a viabilidade do financiamento dos investimentos, de forma a possibilitar a execução integral do objeto da Concessão;
- 3.2.15. desapropriar os imóveis que possuam decreto de declaração de utilidade pública já publicados quando da realização da sessão pública do leilão, indenizar seus proprietários e disponibilizar a área do Aeroporto livre e desembarçada à Concessionária, sem qualquer ônus; e
- 3.2.16. valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros.

Seção III - Do Usuário

3.3. São direitos e deveres do Usuário:

- 3.3.1. receber serviço adequado dentro dos parâmetros fixados pela ANAC;
- 3.3.2. receber da ANAC e da Concessionária informações quanto às questões relacionadas ao valor da Tarifa;
- 3.3.3. pagar as Tarifas, salvo as situações previstas em lei;
- 3.3.4. levar ao conhecimento da ANAC, da Concessionária e das autoridades competentes as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado; e
- 3.3.5. contribuir para a conservação das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

CAPÍTULO IV - DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

- 4.1. A Remuneração da Concessionária será composta de 2 (duas) diferentes parcelas de receita:

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

- 4.1.1. Receitas Tarifárias; e
- 4.1.2. Receitas Não Tarifárias

Seção I - Das Receitas Tarifárias

- 4.2. As Receitas Tarifárias serão constituídas pelas Tarifas, previstas no Anexo 4 - Tarifas, arrecadadas pela Concessionária, sendo vedada à Concessionária a criação de qualquer outra cobrança tarifária que não esteja prevista no referido anexo, salvo na situação prevista no item 4.8 deste contrato.
- 4.3. As Tarifas aplicadas pela Concessionária estarão limitadas aos tetos estabelecidos no Anexo 4 - Tarifas, observadas as regras de reajuste e de Revisão dos Parâmetros da Concessão presentes no Contrato e demais disposições aplicáveis.
- 4.4. A Concessionária poderá praticar descontos nas Tarifas, baseados em parâmetros objetivos previamente divulgados, tais como a qualidade dos serviços, horário, dia ou temporada, conforme o estabelecido no Anexo 4 – Tarifas.
- 4.5. Os descontos tarifários concedidos deverão ser estendidos a qualquer Usuário que atenda às condições para sua fruição.
- 4.6. Os descontos praticados pela Concessionária em relação ao teto tarifário não poderão ser utilizados como fundamento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- 4.7. A Concessionária deverá informar à ANAC sobre os descontos praticados, sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável.
- 4.8. Qualquer alteração na estrutura do sistema tarifário do Contrato, decorrentes de lei ou de nova regulamentação da ANAC, será refletida no presente Contrato.
- 4.9. A arrecadação das Tarifas será realizada de acordo com as regras previstas no Anexo 4 - Tarifas.

Seção II – Da Possibilidade de Retenção das Receitas Tarifárias

- 4.10. Com exceção do disposto no item 4.15, as Receitas Tarifárias serão destinadas diretamente à Conta Única Arrecadadora contratada pela Concessionária junto a uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 4.10.1. O contrato com a instituição financeira incluirá a ANAC como interveniente e anuente.
- 4.11. A instituição financeira depositária deverá, quando solicitada pela ANAC, reter valores equivalentes:
- 4.11.1. ao recolhimento de multas contratuais não pagas pela Concessionária;
 - 4.11.2. às indenizações não pagas pela Concessionária;
 - 4.11.3. aos valores de Contribuição ao Sistema inadimplidos pela Concessionária;
 - 4.11.4. aos prêmios de seguro não pagos pela Concessionária; e
 - 4.11.5. demais obrigações pecuniárias contratuais existentes em favor da ANAC e inadimplidas pela Concessionária.
- 4.12. A solicitação de retenção de valores e sua liberação em favor da ANAC deve ser precedida do devido processo administrativo, assegurando-se à Concessionária o direito à ampla defesa e contraditório.
- 4.12.1. A retenção e liberação de valores em favor da ANAC também poderá ocorrer na hipótese de concordância expressa da Concessionária e por decisão arbitral.
- 4.13. Caberá à ANAC optar pela retenção ou executar os valores devidos por meio da Garantia de Execução do Contrato.
- 4.14. A Concessionária poderá movimentar livremente a parcela de recursos depositados que não esteja abrangida pela ordem de retenção emitida pelo Poder Concedente.
- 4.15. A Concessionária fica autorizada a ceder fiduciariamente aos Financiadores, nos termos do artigo 28-A da Lei 8.987/95, os créditos decorrentes das Receitas Tarifárias, com o objetivo de garantir os contratos de mútuo de longo prazo, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

Seção III - Das Receitas Não Tarifárias

- 4.16. A Concessionária poderá explorar atividades econômicas que gerem Receitas Não Tarifárias, conforme previsto no PEA, diretamente ou mediante a celebração de contratos com terceiros, em regime de direito privado.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 4.17. A exploração de atividades econômicas que envolva a cessão de espaços no Complexo Aeroportuário seguirá o regime previsto no Capítulo XI – Da cessão de espaços no Complexo Aeroportuário.
- 4.18. A Concessionária somente poderá exercer no Complexo Aeroportuário atividade econômica distinta da aeroportuária por meio de subsidiárias integrais, adotando contabilidade separada para cada uma das atividades exploradas por suas subsidiárias, segundo as normas contábeis vigentes, permitindo que a ANAC também realize auditorias destas subsidiárias sempre que entender necessário.

CAPÍTULO V - DA ALOCAÇÃO DOS RISCOS

- 5.1. Os riscos decorrentes da execução da Concessão serão alocados ao Poder Concedente e à Concessionária, consoante as seguintes disposições.

Seção I - Dos Riscos do Poder Concedente

- 5.1. Constituem riscos suportados exclusivamente pelo Poder Concedente, que poderão ensejar Revisão Extraordinária, nos termos deste contrato:
- 5.1.1. mudanças no Projeto Básico por solicitação da ANAC ou de outras entidades públicas, salvo se tais mudanças decorrerem da não-conformidade do Projeto Básico com a legislação em vigor ou com as informações contidas no PEA;
 - 5.1.2. mudanças nas especificações dos serviços em decorrência de novas exigências de procedimentos de segurança por solicitação da ANAC ou decorrentes de nova legislação ou regulamentação públicas brasileiras;
 - 5.1.3. restrição operacional decorrente de decisão ou omissão de entes públicos, exceto se decorrente de fato imputável à Concessionária;
 - 5.1.4. atrasos na liberação do acesso ao local das obras ou impossibilidade de imissão na posse por fatos não imputáveis à Concessionária e que gerem prejuízos a ela;
 - 5.1.5. criação de benefícios tarifários pelo Poder Público;
 - 5.1.6. criação ou extinção de Tarifas Aeroportuárias;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 5.1.7. mudança na legislação tributária que aumente custos da obra, custos operacionais ou custos de manutenção de equipamentos, exceto as mudanças nos Impostos sobre a Renda;
- 5.1.8. ocorrência de eventos de força maior ou caso fortuito, exceto quando a sua cobertura seja aceita por instituições seguradoras, no mercado brasileiro, na data da ocorrência;
- 5.1.9. existência de sítios ou bens arqueológicos na área do Aeroporto, assim como os custos decorrentes de tal evento;
- 5.1.10. os decorrentes de obrigações assumidas pelo Poder Concedente, relacionadas na Seção III - Do Poder Concedente do CAPÍTULO III - DOS DIREITOS E DEVERES;
- 5.1.11. atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões de órgãos da Administração Pública Federal exigidas para construção ou operação das novas instalações, exceto se decorrente de fato imputável à Concessionária;
- 5.1.12. custos relacionados aos passivos decorrentes das relações trabalhistas anteriores à data de transferência do contrato de trabalho, tenham sido ou não objeto de reclamação judicial, observado o item 2.19.3
- 5.1.13. custos relacionados aos passivos fiscais, previdenciários, cíveis e outros que decorram de atos ou fatos anteriores à Data de Eficácia do Contrato; e
- 5.1.14. custos relacionados aos passivos ambientais que tenham origem e não sejam conhecidos até a data de publicação do edital do leilão da concessão.
- 5.2. Salvo os riscos expressamente alocados ao Poder Concedente no Contrato, a Concessionária é exclusiva e integralmente responsável por todos os demais riscos relacionados à presente Concessão.

Seção II - Dos Riscos da Concessionária

- 5.3. Observado o disposto na subcláusula 5.2, constituem riscos suportados exclusivamente pela Concessionária:
 - 5.3.1. aumentos de preço nos insumos para a execução das obras, salvo aqueles que decorram diretamente de mudanças tributárias, nos termos do item 5.1.7;
 - 5.3.2. investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes da elevação dos custos operacionais e de compra ou manutenção dos equipamentos;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 5.3.3. não efetivação da demanda projetada ou sua redução por qualquer motivo, inclusive se decorrer da implantação de novas infraestruturas aeroportuárias dentro ou fora da área de influência do Aeroporto, com exceção apenas do disposto no item 5.1.3;
- 5.3.4. estimativa incorreta do custo dos investimentos a serem realizados pela Concessionária;
- 5.3.5. investimentos, custos ou despesas adicionais necessários para o atendimento do PEA ou de quaisquer das obrigações contratuais, dos parâmetros mínimos de dimensionamento e de qualidade na prestação do serviço previstos no Contrato;
- 5.3.6. estimativa incorreta do cronograma de execução dos investimentos;
- 5.3.7. prejuízos decorrentes de falha na segurança no local de realização das obras;
- 5.3.8. situação geológica do Aeroporto diferente da prevista para a execução das obras, salvo no tocante ao item 5.1.9;
- 5.3.9. aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumento das taxas de juros;
- 5.3.10. variação das taxas de câmbio;
- 5.3.11. variação da demanda pelos serviços prestados no Aeroporto;
- 5.3.12. inadimplência dos Usuários pelo pagamento das Tarifas;
- 5.3.13. prejuízos a terceiros, causados direta ou indiretamente pela Concessionária ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, em decorrência de obras ou da prestação dos Serviços;
- 5.3.14. prejuízos decorrentes de erros na realização das obras que ensejem a necessidade de refazer parte ou a totalidade das obras;
- 5.3.15. atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões da Administração Pública federal exigidas para construção ou operação das novas instalações, exceto se decorrente de fato imputável à Administração Pública Federal;
- 5.3.16. mudanças dos projetos apresentados pela Concessionária que não tenham sido solicitadas pela ANAC, com exceção do disposto no item 5.1.2;
- 5.3.17. mudanças tecnológicas implantadas pela Concessionária e que não tenham sido solicitadas pela ANAC;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 5.3.18. greves realizadas por empregados contratados pela Concessionária ou pelas Subcontratadas e prestadoras de serviços à Concessionária;
- 5.3.19. custos de ações judiciais de terceiros contra a Concessionária ou Subcontratadas decorrentes da execução da Concessão, salvo se por fato imputável ao Poder Concedente e observado o disposto nos itens 5.1.12 e 5.1.13;
- 5.3.20. responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais, salvo aqueles decorrentes diretamente das obras realizadas pelo Poder Concedente, mencionadas no Anexo 3 - Obras de Poder Público e aqueles previstos nos itens 5.1.12 e 5.1.13;
- 5.3.21. A impossibilidade de atingimento das capacidades previstas no Anexo 11 – Declaração de Capacidade do Sistema de Pistas; quando não decorrente de decisão ou omissão de entes públicos;
- 5.3.22. ocorrência de eventos de força maior ou caso fortuito quando a sua cobertura seja aceita por instituições seguradoras, no mercado brasileiro;
- 5.3.23. custos de eventual rescisão dos contratos celebrados que envolvam a cessão de espaços no Complexo Aeroportuário que estejam em vigor na Data de Eficácia do Contrato;
- 5.3.24. quaisquer outros riscos afetos à execução do objeto da Concessão, que não estejam expressamente previstos na subcláusula 5.1.
- 5.4. A Concessionária declara:
- 5.4.1. ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no Contrato; e
- 5.4.2. ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua Proposta e assinatura do Contrato de Concessão.
- 5.5. A Concessionária não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos não alocados expressamente ao Poder Concedente, em especial, a não realização da demanda projetada pela Concessionária, venham a se materializar.

CAPÍTULO VI - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 6.1. Sempre que atendidas as condições do Contrato e respeitada a alocação de riscos nele estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

EDITAL DO LEILÃO Nº ____/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

- 6.2. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato será preservado por meio de mecanismos de reajuste e de revisão.

Seção I - Do Reajuste

- 6.3. O reajuste incidirá sobre os Valores Máximos e as Tarifas previstas no Anexo 4 – Tarifas a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro pactuado.
- 6.4. Quando da emissão da Ordem de Serviço da FASE I os Valores Máximos e as Tarifas previstas no Anexo 4 - Tarifas serão reajustadas pelo IPCA, tendo como referência a data da publicação do Edital, observando-se a seguinte fórmula:

$$P_1 = P_0 \times (IPCA_1/IPCA_0)$$

onde:

P_1 corresponde aos Valores Máximos e às Tarifas reajustadas quando da emissão da Ordem de Serviço da FASE I;

P_0 corresponde aos Valores Máximos e às Tarifas referentes à data da publicação do Edital;

$IPCA_1/IPCA_0$ corresponde ao IPCA acumulado no período compreendido entre a data da publicação do Edital e a data de emissão da Ordem de Serviço da FASE I.

- 6.5. Após o primeiro reajuste, os Valores Máximos e as Tarifas previstas no Anexo 4 - Tarifas serão reajustadas anualmente pelo IPCA, tendo como referência a data do último reajuste, observando-se a seguinte fórmula:

$$P_t = A_t + B_t$$

Para $t=2$, tem-se que $A_t = P_{t-1} \times (IPCA_t/IPCA_{t-1}) \times (1-X_t)$ e $B_t = A_t \times (-Q_t)$

Para $t>2$, tem-se que $A_t = A_{t-1} \times (IPCA_t/IPCA_{t-1}) \times (1-X_t)$ e $B_t = A_t \times (-Q_t)$

onde:

P_t corresponde aos Valores Máximos e às Tarifas previstas no Anexo 4 – Tarifas;

A_t é o componente que incorpora o índice de inflação e os efeitos do fator X;

B_t é o componente que incorpora os efeitos do fator Q;

$IPCA_t$ é o índice referente ao IPCA do mês anterior ao reajuste;

X_t é o fator de produtividade a ser definido, nos termos do Contrato, conforme metodologia a ser estabelecida em regulamento da ANAC, previamente submetida à discussão pública;

Q_t é o fator de qualidade dos serviços, conforme disposto no Anexo 2 - Plano de Exploração Aeroportuária.

EDITAL DO LEILÃO Nº ___/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 6.6. O fator X poderá afetar de forma positiva ou negativa o resultado do reajuste anual dependendo da evolução das variáveis associadas à produtividade e eficiência da indústria aeroportuária e/ou do Aeroporto.
- 6.7. A determinação da metodologia de cálculo do fator X deverá ser orientada pelos ganhos observados e potenciais de produtividade da indústria aeroportuária relevante e/ou do Aeroporto.
- 6.8. A base de dados utilizada para o cálculo da produtividade poderá conter dados referentes ao movimento de passageiros, pouso de aeronaves, peso máximo de decolagem, carga movimentada no Termina de Cargas, número de trabalhadores, receitas, investimentos, custos operacionais, entre outros.
- 6.9. Por ocasião das Revisões dos Parâmetros da Concessão, os Indicadores de Qualidade do Serviço, assim como a metodologia de cálculo do fator Q, poderão ser revistos pela ANAC, após audiência pública, com vistas a criar incentivos para melhoria da qualidade dos serviços prestados, a ser aplicado a cada reajuste tarifário até a próxima Revisão dos Parâmetros da Concessão.
- 6.10. O fator Q da fórmula acima será aplicado de forma diferenciada durante os primeiros anos da concessão, conforme previsto no PEA.
- 6.11. O fator Q poderá afetar de forma positiva ou negativa o resultado do reajuste anual dependendo do desempenho apresentado pela Concessionária no que se refere à qualidade do serviço.
- 6.12. Os reajustes serão implementados, conforme o disposto no Contrato, e homologados pela ANAC mediante publicação no Diário Oficial da União.

Seção II - Da Revisão dos Parâmetros da Concessão

- 6.13. A Revisão dos Parâmetros da Concessão tem o objetivo de permitir a determinação dos Indicadores de Qualidade do Serviço e da metodologia de cálculo dos fatores X e Q a serem aplicados nos reajustes tarifários até a próxima Revisão dos Parâmetros da Concessão, e a determinação da Taxa de Desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal também até a próxima Revisão dos Parâmetros da Concessão.
- 6.14. Os parâmetros de que trata a subcláusula 6.13 serão aplicados por 5 (cinco) anos, contados a partir do ano seguinte ao término do processo de Revisão dos Parâmetros da Concessão.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 6.15. Os procedimentos relativos às Revisões dos Parâmetros da Concessão serão precedidos de ampla discussão pública.
- 6.16. As Revisões dos Parâmetros da Concessão subsequentes serão realizadas a cada período de 5 (cinco) anos.

Seção III - Da Revisão Extraordinária

- 6.17. Os procedimentos de Revisão Extraordinária objetivam a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, a fim de compensar as perdas ou ganhos da Concessionária, devidamente comprovados, em virtude da ocorrência dos eventos elencados no CAPÍTULO V - Seção I do Contrato, desde que impliquem alteração relevante dos custos ou da receita da Concessionária.
- 6.17.1. Para as hipóteses de Revisão Extraordinária que decorram de eventos relacionados aos riscos previstos na cláusula 5.1.12 e 5.1.13, a Concessionária deverá apresentar a ANAC um pedido de revisão instruído com os documentos que demonstrem a responsabilidade do Poder Concedente pelos eventos, bem como comprovar os gastos efetivamente realizados.
- 6.18. Cabe à ANAC a prerrogativa de escolher, dentre as medidas abaixo elencadas, individual ou conjuntamente, a forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:
- 6.18.1. alteração do valor das Tarifas;
- 6.18.2. alteração do prazo da Concessão;
- 6.18.3. alteração das obrigações contratuais da Concessionária; ou
- 6.18.4. outra forma definida de comum acordo entre ANAC e Concessionária, mediante prévia aprovação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.
- 6.19. Na escolha da medida destinada a implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a ANAC deve considerar a periodicidade e o montante dos pagamentos vencidos e vincendos a cargo da Concessionária, relativo aos contratos de financiamento celebrados para a execução do objeto da Concessão.
- 6.20. Na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverão ser observadas, entre outras, as seguintes condições:

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 6.20.1. os ganhos econômicos decorrentes de novas fontes geradoras de Receitas Tarifárias que não tenham sido previstas quando do cálculo inicial do teto tarifário, com vistas à modicidade tarifária; e
- 6.20.2. os ganhos econômicos que não decorram diretamente da eficiência empresarial, em casos como o de diminuição de tributos ou encargos legais e de novas regras sobre os serviços, conforme regulamentado pela ANAC.
- 6.21. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão deverá ser concluído em prazo não superior a 90 (noventa) dias, ressalvada as hipóteses, devidamente justificadas, em que seja necessária a prorrogação do prazo.
- 6.22. A Revisão Extraordinária ocorrerá de ofício ou mediante solicitação da Concessionária.
- 6.23. Para fins de Revisão Extraordinária deverá ser considerado o Anexo 5 - Fluxo de Caixa Marginal, em que estão previstos os procedimentos para a elaboração do Fluxo de Caixa Marginal de cada evento gerador do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, a fim de calcular a compensação financeira que anule os impactos financeiros positivos ou negativos do evento que ensejou o desequilíbrio.
- 6.24. O pedido de Revisão Extraordinária formulado pela Concessionária deverá ser instruído com:
- 6.24.1. relatório técnico ou laudo pericial, que demonstre o impacto financeiro, verificado ou projetado, em decorrência do evento na conta caixa da Concessionária conforme o Anexo 5 - Fluxo de Caixa Marginal; e
- 6.24.2. todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito.
- 6.25. A ANAC poderá requisitar outros documentos, assim como laudos econômicos específicos, elaborados por entidades independentes contratadas pela Concessionária a pedido da ANAC.
- 6.26. Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido correrão por conta da Concessionária, ainda que decorrentes de determinações da ANAC.
- 6.27. O procedimento de Revisão Extraordinária iniciado pela ANAC deverá ser objeto de comunicação à Concessionária.
- 6.28. A ausência de manifestação da Concessionária no prazo consignado na comunicação, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, será considerada como concordância em relação ao mérito da proposta de Revisão Extraordinária da ANAC.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

6.29. Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pela ANAC e não previstos no Contrato, a ANAC poderá requerer à Concessionária, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a elaboração do projeto básico das obras e serviços, considerando que:

6.29.1. o referido projeto básico deverá conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra sobre as receitas da Concessionária, segundo as melhores práticas e critérios de mercado, tudo de acordo com as normas técnicas e diretivas eventualmente estabelecidas pela ANAC sobre o assunto;

6.29.2. a ANAC estabelecerá o valor limite do custo dos projetos e estudos a serem considerados para efeito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

CAPÍTULO VII - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da concessão será efetuada pela ANAC.

7.2. Para a verificação do cumprimento do IQS pela Concessionária, a ANAC poderá recorrer a serviço técnico de empresa especializada de auditoria independente, a ser indicada, contratada e remunerada pela Concessionária, cabendo a ANAC o direito de veto na indicação realizada pela Concessionária.

7.3. No exercício das suas atribuições, os encarregados pela fiscalização da concessão terão livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da Concessionária, assim como às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes ou vinculadas à concessão.

7.4. A ANAC exercerá fiscalização sobre as atividades realizadas nas FASES I-A, I-B e II do Contrato, determinando a execução de atos ou a suspensão daqueles que estejam sendo realizados em desconformidade com os termos do PEA, com o previsto no Contrato ou com a legislação e regulamentação do setor.

7.5. A ANAC poderá, a qualquer horário e em qualquer circunstância, fazer contatos com qualquer órgão de comunicação da Concessionária, para averiguação do andamento ou solução de eventos específicos.

7.6. Caberá à Concessionária efetuar pagamento da TFAC, em favor da ANAC, conforme especificado na legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII - DAS PENALIDADES

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

8.1. O não cumprimento das Cláusulas deste Contrato, de seus Anexos, do Edital e das normas e regulamentos editados pela ANAC ensejará a aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas em dispositivos legais e regulamentares da ANAC:

8.1.1. advertência;

8.1.2. multa;

8.1.3. suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões ou autorizações para exploração da infraestrutura aeroportuária, bem como impedimento de contratar com a ANAC; e

8.1.4. caducidade.

Seção I - Da Advertência

8.2. Para infrações de gravidade leve e sem reincidência, a penalidade imposta pela ANAC à Concessionária poderá se limitar à advertência, que deverá ser formal, por escrito, e com referência às medidas necessárias à correção do descumprimento.

Seção II - Da Multa

8.3. A multa poderá ter aplicação cumulativa com as demais sanções previstas no Contrato.

8.4. Sem prejuízo de regulamentação expedida pela ANAC, será aplicada multa em virtude do descumprimento ou do atraso do cumprimento das obrigações abaixo discriminadas, conforme os limites máximos definidos para cada situação:

<u>Evento ou ocorrência</u>	<u>Limite máximo da multa a ser aplicada</u>
a) não fornecimento à ANAC de quaisquer documentos e informações pertinentes à Concessão, inclusive financiamentos, investimentos, seguros, contratos e acordos de qualquer natureza firmados com terceiros, bem como alterações nesses ao longo da Concessão;	1 URTA por dia

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

b) não contratação ou não manutenção em vigor, durante todo o prazo da Concessão, das apólices de seguro, com vigência mínima de 12 (doze) meses, que garantam a continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, que sejam suficientes para as coberturas previstas no Contrato de Concessão;	100 URTA por dia
c) não contratação ou manutenção das garantias de execução contratual em desacordo com as obrigações previstas no Contrato;	100 URTA por dia
d) não obtenção do padrão estabelecido para cada Indicador de Qualidade de Serviço por 2 períodos consecutivos ou não;	50 URTA por ocorrência
e) terem sido feitas 3 advertências à Concessionária, estejam elas relacionadas ao mesmo fato ou não;	50 URTA por ocorrência
f) decretação da caducidade da Concessão;	25.000 URTA
g) não recolhimento, no prazo, de qualquer multa aplicada;	1 URTA por dia
h) não apresentação do PGI ou quaisquer de suas revisões no prazo previsto no PEA;	10 URTA por dia
i) ausência de determinado item obrigatório do PGI ou quaisquer de suas revisões periódicas;	10 URTA por item faltante por dia
j) não implementação de qualquer início ou conclusão das ações previstas no PGI ou em quaisquer de suas revisões periódicas, no prazo estabelecido em referidos documentos;	1000 URTA por ocorrência e 10 URTA por dia de atraso

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

k) não apresentação do PQS no prazo previsto no PEA;	10 URTA por dia
l) antecipação da revisão do PGI de 3 (três) anos em relação ao prazo originalmente previsto);	5000 URTA por ocorrência
m) antecipação da revisão do PGI de 2 (dois) anos em relação ao prazo originalmente previsto);	2500 URTA por ocorrência
n) antecipação da revisão do PGI de 1 (um) ano em relação ao prazo originalmente previsto);	1000 URTA por ocorrência
o) não cumprimento do prazo de entrega das ampliações previstas na Fase I-B com integral atendimento ao PEA.	10.000 URTA por ocorrência e 100 URTA por dia de atraso

8.5. Para o descumprimento das demais obrigações contratuais, não previstas no item anterior, serão considerados os seguintes valores máximos de multa:

8.5.1. Descumprimento ou atraso no cumprimento de obrigações continuadas: até 100 (cem) URTA por dia de descumprimento ou atraso;

8.5.2. Descumprimento de obrigações não continuadas: até 1000 (mil) URTA por evento.

8.6. A falta de pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência automática de juros de mora correspondentes à variação pro rata die da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo pagamento, bem como a possibilidade de execução da Garantia de Execução do Contrato.

Seção III - Da Suspensão do Direito de Participar de Licitações e de Contratar com a Administração Pública Federal

8.7. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública Federal se dará no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, incluindo aquelas que ensejam aplicação da pena de caducidade nos termos do Capítulo VIII do presente Contrato, além das situações previstas na legislação e regulamentação aplicável, destacando-se aquelas previstas no art. 88 da Lei nº 8.666/1993.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 8.8. A penalidade prevista neste capítulo alcança também o acionista controlador da Concessionária, assim entendido o acionista ou grupo de acionistas que detenham o controle do Acionista Privado, e não poderá ser aplicado por prazo superior a dois anos.

Seção IV - Da Caducidade

- 8.9. A penalidade de caducidade será aplicada nas situações e conforme o procedimento estabelecido no Capítulo XIII do presente Contrato.

Seção V – Do Procedimento de Aplicação das Penalidades

- 8.10. As penalidades devem ser aplicadas mediante decisão fundamentada da ANAC, assegurado à Concessionária o direito à ampla defesa e ao devido processo legal, nos termos da regulamentação vigente, devendo ser consideradas as seguintes circunstâncias:

8.10.1. a natureza e gravidade da infração;

8.10.2. o caráter técnico e as normas de prestação do serviço;

8.10.3. os danos resultantes da infração para o serviço e para os usuários;

8.10.4. a vantagem auferida pela Concessionária em virtude da infração;

8.10.5. a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de usuários atingidos;

8.10.6. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

8.10.7. o histórico de infrações da Concessionária; e

8.10.8. a reincidência da Concessionária no cometimento da infração.

- 8.11. O cumprimento das penalidades impostas pela ANAC não exime a Concessionária do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas no Contrato, bem como da reparação de eventuais perdas e danos causados à ANAC, a seus empregados, aos usuários ou a terceiros, em decorrência das atividades relacionadas com a Concessão.

Seção VI – Das Medidas Acautelatórias

- 8.12. A imposição das penalidades à Concessionária não afasta a possibilidade de aplicação de medidas acautelatórias pela ANAC, visando preservar a integridade física ou patrimonial de terceiros, tais quais: detenção, interdição de instalações, apreensão, embargos de obras, além de outras medidas previstas na legislação e regulamentação do setor.

CAPÍTULO IX - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. É admitida a subcontratação de obras e serviços pela Concessionária.
- 9.2. A subcontratação de obras e serviços não elide a responsabilidade da Concessionária pelo cumprimento das cláusulas contratuais, bem como da legislação e regulação do setor.
- 9.3. A ANAC poderá vedar contratos e quaisquer tipos de acordos ou ajustes celebrados entre a Concessionária e suas Partes Relacionadas que não estejam em conformidade com as condições de mercado.

CAPÍTULO X - DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO E DO CONTROLE ACIONÁRIO

- 10.1. Durante todo o prazo da Concessão, a Concessionária e o Acionista Privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta no controle acionário ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade.
- 10.2. Também dependerão de prévia aprovação da ANAC a cisão, a fusão, a transformação, a incorporação, a redução do capital da concessionária, sem prejuízo das competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE previstas em lei.
- 10.3. Para a transferência do controle acionário ou da Concessão, a Concessionária deverá apresentar à ANAC requerimento indicando e comprovando os requisitos de qualificação jurídica, fiscal, técnica e econômica das pessoas jurídicas interessadas, necessárias à assunção da Concessão, bem como demonstrando o compromisso em cumprir todas as cláusulas do Contrato.
- 10.4. A ANAC autorizará ou não o pedido da Concessionária por meio de ato devidamente motivado.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 10.5. O Acionista Privado deverá sempre manter o controle direto da Concessionária, sendo vedada a alienação de ações da Concessionária para terceiros, exceto se mediante oferta pública de ações em Bolsa de Valores e desde que não resulte em transferência do Controle do Acionista Privado, ainda que decorrente de alienações sucessivas.
- 10.6. Com exceção do Acordo de Acionistas celebrado com a Infraero, fica vedado ao Acionista Privado celebrar qualquer acordo de acionistas relativo à Concessionária durante todo o prazo da concessão.
- 10.7. Nos 5 (cinco) primeiros anos do prazo da Concessão, contados da Data de Eficácia, serão observadas as seguintes regras:
- 10.7.1. o Acionista Privado não poderá admitir, como acionista, qualquer entidade, suas controladoras, controladas, coligadas, que seja acionista direto ou indireto da Concessionária dos Aeroportos objeto do Edital do Leilão n. __/2011; e
- 10.7.2. a mudança de composição acionária que não implique mudança de controle acionário somente poderá ser efetuada mediante prévia e expressa anuência da ANAC, observado o item 10.4.
- 10.8. Após o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos previsto no item 10.6, serão observadas as seguintes regras:
- 10.8.1. o Acionista Privado poderá admitir como acionista, qualquer entidade, suas controladoras, controladas, coligadas, que seja acionista direto ou indireto da Concessionária dos Aeroportos objeto do Edital do Leilão n. __/2011, desde que haja prévia e expressa anuência da ANAC.
- 10.8.2. A mudança de composição acionária que não implique mudança de controle acionário poderá ser efetuada sem a prévia anuência da ANAC, mediante comunicação em até 15 (quinze) dias após a mudança.
- 10.9. A ANAC poderá autorizar a transferência do controle da SPE para o Financiador com o objetivo de promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da exploração do objeto da Concessão, nas condições pactuadas, diretamente, entre a SPE e o Financiador.
- 10.10. A transferência do controle da SPE será formalizada, por escrito, devendo o financiador comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do Contrato, de acordo com o art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.
- 10.11. Para fins de transferência, o Financiador deverá atender às exigências de idoneidade financeira, regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço,

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

mediante a apresentação dos documentos pertinentes exigidos pela ANAC à época do evento.

- 10.12. A assunção do controle da Concessionária pelos financiadores ou prestadores de garantia não alterará as obrigações da Concessionária e de seus Controladores perante à ANAC.

CAPÍTULO XI - DA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS NO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO

- 11.1. A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaços no Complexo Aeroportuário, pelo regime de direito privado, observando-se o seguinte:

11.1.1. seu prazo de vigência não poderá ultrapassar o do Contrato de Concessão;

11.1.2. a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e o terceiro;

11.1.3. seus termos não poderão comprometer os padrões de segurança e qualidade do serviço concedido;

11.1.4. não será permitida a exploração de atividade ou a veiculação de publicidade que infrinja a legislação em vigor, que atentem contra a moral e os bons costumes, de cunho religioso ou político partidário;

11.1.5. em caso de extinção antecipada da concessão, inclusive por caducidade e encampação, o Poder Concedente ou o novo operador do Aeroporto poderá, independentemente de indenização, denunciar os contratos celebrados pela Concessionária envolvendo a utilização de espaços vinculados à Concessão, salvo se a celebração do contrato tiver sido precedida de expressa aprovação da ANAC nos casos em que o montante elevado dos investimentos a serem realizados pelo concessionário justificar a sua manutenção mesmo quando da extinção antecipada da Concessão; e

11.1.6. O concessionário poderá, conforme a regulamentação da ANAC, celebrar com Empresas Aéreas:

- i. contratos que confirmam o direito construir, manter ou usar, com exclusividade ou prioridade, terminal ou partes de terminal; ou
- ii. outros contratos relativos ao uso de espaço no Complexo Aeroportuário, de modo a assegurar o tratamento justo aos diferentes agentes, cabendo à ANAC arbitrar os eventuais conflitos.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 11.2. Em todos os contratos que a Concessionária vier a celebrar para formalizar a utilização de espaços no Complexo Aeroportuário com o objetivo de exploração econômica deverá constar o dever de o terceiro:
- 11.2.1. disponibilizar, a qualquer tempo, inclusive por solicitação da ANAC, as demonstrações contábeis relativas à exploração realizada; e
- 11.2.2. adotar contabilidade separada para cada uma das atividades exploradas, segundo as normas contábeis vigentes.
- 11.3. Relativamente aos Contratos vigentes no momento da Data de Eficácia do Contrato que envolvam a cessão de espaços no Complexo Aeroportuário e que foram sub-rogados à Concessionária pela Infraero, caberá à Concessionária assumir todas as obrigações e direitos a eles relacionados.
- 11.4. A Concessionária disponibilizará espaços e tempo das mídias e de pontos destinados à veiculação de publicidade no Complexo Aeroportuário para publicidade institucional de interesse público, sem ônus financeiro ao Poder Público, na forma a ser definida pela ANAC.
- 11.5. Nas áreas institucionais destinadas a serviços públicos obrigatórios pela legislação e regulamentação vigentes, a Concessionária cederá os espaços para as instalações de órgãos e entidades do Poder Público sem ônus financeiro, com exceção do rateio das despesas ordinárias do Complexo Aeroportuário.
- 11.6. No caso de exploração de serviços auxiliares ao transporte aéreo diretamente pela Concessionária, será observada a regulamentação vigente, devendo ser assegurado o livre acesso para que as Empresas Aéreas ou terceiros também possam atuar na prestação desses serviços.
- 11.7. Em caso de falta de capacidade para atender à solicitação de novos entrantes para prestação de serviços auxiliares ao transporte aéreo, poderá a Concessionária solicitar à ANAC autorização para limitar o número de prestadores desses serviços no Aeroporto, cabendo à ANAC fixar o número mínimo de prestadores de serviços auxiliares, que poderá ser diferenciado de acordo com a natureza do serviço.
- 11.8. Para os serviços auxiliares cuja complexidade, custo ou impacto ambiental inviabilize a divisão e/ou duplicação da infraestrutura correspondente, tornando antieconômica a prestação do serviço por mais de uma empresa, poderá a Concessionária solicitar autorização à ANAC para prestar esses serviços de forma exclusiva.

CAPÍTULO XII - DA INTERVENÇÃO

- 12.1. A ANAC poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, em caráter excepcional, intervir na Concessão, para assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento pela Concessionária das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, quando considerar que tais descumprimentos afetem substancialmente a capacidade da Concessionária na execução dos serviços previstos neste Contrato.
- 12.2. A intervenção será decretada pela ANAC, que designará o interventor, o prazo de duração, os objetivos e os limites da medida.
- 12.3. No prazo de 30 (trinta) dias contados da declaração de intervenção, a ANAC deverá instaurar o competente procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurando à Concessionária o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 12.4. O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta dias), sob pena de considerar-se inválida a intervenção.
- 12.5. Será declarada nula a intervenção se ficar comprovado que não foram observados os pressupostos legais e regulamentares para sua decretação, devendo o serviço e os bens vinculados à Concessão retornar imediatamente à Concessionária, sem prejuízo da prestação de contas por parte do interventor e da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para indenização porventura cabível.
- 12.6. Caberá ao interventor decidir pela manutenção ou não dos pagamentos decorrentes das obrigações contraídas pela Concessionária anteriormente à intervenção, tendo em vista a necessidade de continuidade da prestação do serviço concedido.
- 12.7. Se as receitas da Concessão não forem suficientes para cobrir as despesas necessárias à continuidade do serviço concedido, a ANAC poderá executar a Garantia de Execução Contratual para obter os recursos faltantes.
- 12.8. Caso a garantia não seja suficiente, a Concessionária deverá ressarcir a ANAC, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da requisição nesse sentido.
- 12.9. Como resultado da intervenção poderá ser considerada extinta a Concessão, obedecendo-se ao disposto nas cláusulas seguintes.

CAPÍTULO XIII - DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 13.1. A Concessão considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer:
- 13.1.1. término do prazo do contrato;
 - 13.1.2. encampação;
 - 13.1.3. caducidade;
 - 13.1.4. rescisão;
 - 13.1.5. anulação;
 - 13.1.6. falência ou extinção da concessionária; ou
- 13.2. Além das hipóteses previstas na cláusula 13.1, a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do Contrato, poderá ensejar a extinção da concessão.
- 13.3. No caso de extinção da Concessão, a ANAC poderá:
- 13.3.1. assumir a prestação do serviço concedido, no local e no estado em que se encontrar;
 - 13.3.2. ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução do serviço, necessários à sua continuidade;
 - 13.3.3. aplicar as penalidades cabíveis, principalmente pela reversão de bens em desacordo com o Anexo 8 - Termo Aceitação Definitivo e de Permissão de Uso de Ativos; e
 - 13.3.4. reter e executar as garantias contratuais, para recebimento de multas administrativas e ressarcimento de prejuízos causados pela Concessionária.
- 13.4. Durante a vigência do Contrato, a ANAC e terceiros serão autorizados a realizar estudos e visitas técnicas que visem à promoção ou prosseguimento de novos procedimentos licitatórios.
- 13.5. Dois anos antes do término do prazo de vigência do Contrato, a Concessionária deverá apresentar à ANAC a documentação técnica e administrativa, bem como as orientações operacionais necessárias.
- 13.6. Ao término da Concessão, a ANAC irá vistoriar o Aeroporto e lavrar o Termo de Recebimento Definitivo da sua operação. Após a lavratura deste Termo, a

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

Concessionária deverá transferir à União, ou para quem esta indicar, a operação do Aeroporto.

- 13.7. Extinta a Concessão, retornam automaticamente à União os equipamentos, instalações e outros bens, direitos e privilégios vinculados ao serviço concedido, nos termos da lei, incluindo aqueles transferidos à Concessionária pela ANAC conforme inventário constante do Termo de Aceitação Definitivo.
- 13.8. Na extinção da Concessão, os bens a serem revertidos à União deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.
- 13.9. Em qualquer caso de extinção da Concessão, a Concessionária deverá elaborar um inventário completo de todos os bens vinculados à Concessão e entregar à ANAC no prazo solicitado.

Seção I - Do Advento do Termo Contratual

- 13.10. O término da vigência contratual implicará, de pleno direito, a extinção da Concessão.
- 13.11. A Concessionária deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com a ANAC para que os serviços objeto da Concessão continuem a ser prestados ininterruptamente, bem como prevenir e mitigar qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos Usuários e dos funcionários da ANAC.
- 13.12. Até 2 (dois) anos antes da data do término de vigência da Concessão, a Concessionária apresentará um Programa de Desmobilização Operacional para aprovação da ANAC, no prazo máximo de 6 (seis) meses.

Seção II - Da Encampação

- 13.13. Para atender ao interesse público, mediante lei autorizativa específica, a ANAC poderá retomar a Concessão, após assegurar o prévio pagamento de indenização composta das seguintes parcelas:
- 13.13.1. saldo devedor atualizado vencido e vincendo de quaisquer financiamentos contraídos pela Concessionária para a realização dos investimentos previstos no PEA, incluindo principal e juros;
- 13.13.2. investimentos que tenham sido realizados com capital próprio para o cumprimento das obrigações contratuais ainda não amortizados ou depreciado; e

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 13.13.3. custo de desmobilização, incluindo o valor de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações devidas a empregados, fornecedores e outros terceiros credores da Concessionária, a qualquer título.
- 13.14. A parte da indenização, devida à Concessionária, correspondente ao saldo devedor dos financiamentos, poderá ser paga diretamente aos Financiadores. O remanescente será pago diretamente à Concessionária.
- 13.15. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela Concessionária serão descontados da indenização prevista para o caso de encampação, até o limite do saldo devedor dos financiamentos contraídos pela Concessionária para cumprir as obrigações de investimento previstas no Contrato.

Seção III - Da Caducidade

- 13.16. A caducidade da Concessão poderá ser declarada, nos casos enumerados na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas modificações.
- 13.17. Considera-se passível de decretação de caducidade, na hipótese prevista no art. 38, § 1º, II, da Lei nº 8.987/1995, o descumprimento de obrigações contratuais, regulamentares e legais que possam ter grave impacto negativo na prestação adequada do serviço concedido, destacando-se a reiteração ou o prolongamento dos seguintes descumprimentos contratuais:
- 13.17.1. não manutenção da vigência dos seguros exigidos pelo Contrato;
- 13.17.2. não manutenção da integridade da Garantia de Execução Contratual, conforme previsto neste contrato;
- 13.17.3. fraude comprovada no cálculo do pagamento da Contribuição Variável, especialmente pela redução artificial da base de cálculo, ocasionada, dentre outras hipóteses, pela alteração de dados contábeis da Concessionária e pela contratação de preços artificialmente reduzidos com terceiros; ou
- 13.18. A ANAC poderá promover a declaração de caducidade da Concessão, que será precedida do competente processo administrativo para verificação da inadimplência parcial ou total, assegurando-se à Concessionária direito à ampla defesa e ao contraditório.
- 13.19. A instauração do processo administrativo para declaração da caducidade será precedida de comunicação à Concessionária e aos Financiadores, apontando a situação de inadimplência e concedendo prazo razoável, não inferior a 30 (trinta) dias, para sanar as irregularidades.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 13.20. Antes da declaração da caducidade, a ANAC encaminhará uma notificação aos Financiadores para que se manifestem em prazo não inferior a 30 (trinta) dias sobre a intenção de assumir a Concessão.
- 13.21. A indenização devida à Concessionária em caso de caducidade se restringirá ao valor dos investimentos vinculados a Bens Reversíveis ainda não amortizados, descontados:
- 13.21.1. os prejuízos causados pela Concessionária em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais e os valores devidos pela Concessionária à União e à ANAC;
- 13.21.2. as multas contratuais aplicadas à Concessionária que não tenham sido pagas até a data do pagamento do montante da indenização; e
- 13.21.3. quaisquer valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.
- 13.22. A parte da indenização, devida à Concessionária, correspondente ao saldo devedor dos financiamentos efetivamente aplicados em investimentos no Complexo Aeroportuário, poderá ser paga diretamente aos Financiadores, a critério do Poder Concedente. O remanescente será pago diretamente à Concessionária.
- 13.23. A declaração de caducidade acarretará, ainda:
- 13.23.1. a execução da Garantia de Execução do Contrato; e
- 13.23.2. a retenção de eventuais créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Poder Concedente.
- 13.24. A declaração da caducidade não acarretará, para o Poder Concedente, qualquer espécie de responsabilidade em relação a ônus, encargos, obrigações ou compromissos com terceiros assumidos pela Concessionária, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.

Seção IV - Da Rescisão

- 13.25. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 13.26. A Concessionária somente poderá se desvincular das obrigações assumidas no Contrato, inclusive quanto à continuidade da prestação do serviço, no caso de inadimplência do Poder Concedente, após o trânsito em julgado da decisão judicial que decretar a rescisão do Contrato.
- 13.27. A indenização devida à Concessionária, no caso de rescisão judicial do Contrato por culpa do Poder Concedente, será equivalente à encampação e calculada na forma prevista na subcláusula 13.13 deste Contrato.
- 13.28. O Contrato também poderá ser rescindido por consenso entre as Partes, que compartilharão os gastos e despesas relacionados.

Seção V - Da Anulação

- 13.29. O Contrato somente poderá ser anulado nos termos da lei observando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 13.30. Caso a Concessionária não tenha dado causa à anulação, a indenização devida será equivalente à encampação e calculada na forma prevista na subcláusula 13.13 deste Contrato.
- 13.31. Caso a Concessionária tenha dado causa à anulação, a indenização devida será equivalente à prevista para a hipótese de caducidade.

Seção VI - Da Falência ou Da Extinção da Concessionária

- 13.32. Na hipótese de extinção do Contrato por falência ou extinção da Concessionária, eventual indenização devida à Concessionária será calculada e paga conforme os critérios previstos para a caducidade da Concessão, na forma das subcláusulas 13.20 e 13.21 deste Contrato.
- 13.33. Não será realizada partilha do eventual acervo líquido da Concessionária extinta entre seus acionistas, antes do pagamento de todas as obrigações perante a ANAC, e sem a emissão de termo de vistoria pela ANAC, que ateste o estado em que se encontram os bens vinculados à Concessão.

CAPÍTULO XIV - DOS BENS REVERSÍVEIS

- 14.1. Com o advento do termo do Contrato de Concessão, reverterão à União todos os bens e instalações vinculados à Exploração Aeroportuária, nos termos da subcláusula 2.31 e 2.32 deste Contrato.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

14.2. Os bens revertidos à União deverão estar em condições adequadas de conservação e funcionamento, para permitir a continuidade dos serviços que eram objeto da Concessão, pelo prazo mínimo adicional de 24 meses, salvo nos casos excepcionais quando tiverem vida útil menor.

14.2.1. A Concessionária fica obrigada a manter inventário atualizado de todos os bens reversíveis da concessão, contendo informações sobre o seu estado de conservação, e disponibilizar, a qualquer tempo, para eventuais consultas e fiscalizações do Poder Concedente.

14.3. A Concessionária fica obrigada a solicitar autorização do Poder Concedente sempre que pretender se desfazer de bens considerados reversíveis.

CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

15.1. Após a assinatura do contrato, a Concessionária deverá, no prazo de 6 (seis) meses, renováveis por outros 6 (seis), selecionar os empregados da Infraero que serão definitivamente transferidos para a Concessionária, cabendo a estes empregados a decisão de continuar na Infraero ou aceitar a transferência para a Concessionária.

15.2. Aos empregados que forem transferidos à Concessionária deverão ser assegurados os seguintes direitos:

15.2.1. garantia de emprego pelo período mínimo de 12 (doze) meses a contar da transferência;

15.2.2. condições do contrato de trabalho no mínimo equivalentes às praticadas pela Infraero; e

15.2.3. opção em manter-se vinculado ao Infraprev – Instituto Infraero de Seguridade Social.

15.3. A Concessionária deverá cumprir com todas as obrigações de patrocinadora do Infraprev, nas mesmas condições praticadas pela Infraero, para os empregados que optarem em manter vínculo com o Infraprev.

CAPÍTULO XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**Seção I - Da Documentação Técnica**

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 15.1. Todos os projetos e documentação técnica, relacionados com as especificações técnicas previstas no Contrato e Anexos, serão entregues à ANAC, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 15.2. A documentação técnica apresentada à Concessionária é de propriedade da ANAC, sendo vedada sua utilização pela Concessionária para outros fins que não os previstos no Contrato. A Concessionária deverá manter rigoroso sigilo a respeito da documentação assim recebida.

Seção II - Da Propriedade Intelectual

- 15.3. A Concessionária cede, gratuitamente, ao Poder Concedente, todos os projetos, planos, plantas, documentos, sistemas e outros materiais corpóreos ou não, que se revelem necessários ao desempenho das funções que incumbem ao Poder Concedente ou ao exercício dos direitos que lhe assistem, nos termos do Contrato, e que tenham sido especificamente adquiridos ou elaborados no desenvolvimento de atividades integradas na Concessão.
- 15.4. Os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projetos elaborados para os fins específicos das atividades integradas serão transmitidos gratuitamente à ANAC ao final da Concessão.

Seção III - Da Arbitragem

- 15.5. Quaisquer litígios, controvérsias ou discordâncias relativas às indenizações eventualmente devidas quando da extinção do presente contrato, inclusive quanto aos bens revertidos, serão definitivamente resolvidos por arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional - CCI (doravante simplesmente denominado "Regulamento de Arbitragem"), observadas as disposições da presente Cláusula e da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.
- 15.6. A arbitragem será conduzida por um Tribunal Arbitral composto por 03 (três) árbitros, sendo 01 (um) árbitro nomeado pela ANAC, 01 (um) árbitro nomeado pela Concessionária e o terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será indicado pelos dois outros árbitros nomeados pelas Partes.
- 15.7. Caso a designação do presidente do Tribunal Arbitral não ocorra no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da nomeação do segundo árbitro, ou não haja consenso na escolha, a Corte Arbitral procederá à sua nomeação, nos termos do Regulamento de Arbitragem.

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011**CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS**

- 15.8. A arbitragem será realizada em Brasília, Brasil, em língua portuguesa, devendo a parte que quiser produzir provas em idioma estrangeiro ou indicar testemunhas que não falem o Português providenciar a necessária tradução ou intérprete, conforme o caso.
- 15.9. Aplicar-se-ão ao mérito da causa submetida à arbitragem exclusivamente as normas do ordenamento jurídico brasileiro e os regulamentos específicos do setor, excluída a equidade.
- 15.10. Fica eleito o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal da Justiça Federal exclusivamente para:
- 15.10.1. o requerimento de medidas cautelares antes da remessa dos autos da arbitragem ao Tribunal Arbitral, conforme previsto no Regulamento de Arbitragem;
- 15.10.2. o ajuizamento da ação de anulação prevista no art. 33, caput, da Lei nº 9.307/96; e
- 15.10.3. a execução judicial da sentença arbitral.
- 15.11. As Partes concordam, no presente contrato, que qualquer medida urgente que se faça necessária após a constituição do Tribunal Arbitral, nos termos do Regulamento de Arbitragem, será unicamente requerida ao Tribunal Arbitral.
- 15.12. A submissão à arbitragem, nos termos desta Cláusula, não exime o Poder Concedente nem a Concessionária da obrigação de dar integral cumprimento a este contrato, nem permite a interrupção das atividades vinculadas à concessão, observadas as prescrições deste contrato.
- 15.13. Observado o disposto nesta Cláusula, as partes poderão, de comum acordo, eleger outra Câmara Arbitral, com seu respectivo regulamento, para solução dos conflitos.
- 15.14. A responsabilidade pelos custos do procedimento arbitral será determinada da seguinte forma:
- 15.14.1. A Parte que solicitar a arbitragem será responsável pelas custas para instauração do procedimento arbitral, incluindo o adiantamento de percentual dos honorários devidos aos árbitros;
- 15.14.2. Os custos e encargos referentes a eventuais providências tomadas no procedimento arbitral recairão sobre a Parte que solicitou a providência, sendo compartilhados pelas Partes quando a providência for requerida pelo próprio Tribunal Arbitral;

EDITAL DO LEILÃO Nº __/2011
CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS -
BRASÍLIA – CAMPINAS - GUARULHOS

- 15.14.3. A parte vencida no procedimento arbitral assumirá todas as custas, devendo ressarcir a parte vencedora pelas despesas que já tenha assumido no procedimento; e
- 15.14.4. No caso de procedência parcial do pleito levado ao Tribunal Arbitral, os custos serão divididos entre as Partes, se assim entender o Tribunal, na proporção da sucumbência de cada uma.

Seção IV - Do Foro

- 15.15. Fica desde já eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer controvérsias relativas ao presente Contrato, observado disposto na subcláusula 15.5 do presente contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, firmam as Partes o presente Contrato nas vias de início referidas, que serão destinadas a cada um dos signatários, tudo perante as testemunhas abaixo:

Local e data.

Poder Concedente

Concessionária

Acionista Privado

Infraero

Testemunhas: